

Nota Explicativa

Esta tese foi digitalizada a partir dos exemplares disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes e/ou no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nenhum dos exemplares possui a página 101.

NELY ROBLES REIS BACELLAR

POLÍTICA PARTIDÁRIA, ELEIÇÕES E LIDERANÇAS
- JÚLIO PRESTES E A SUCESSÃO DE 1930 -

Dissertação de mestrado
apresentada à Faculdade
de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Uni
versidade de São Paulo.

SÃO PAULO

1982

Ao Prof.Dr. J. S. Witter,
de quem recebi a orientação
e estímulo necessários à con-
cretização deste trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Nota necessária.	4
CAPÍTULO I - O MOMENTO POLÍTICO.	6
CAPÍTULO II - A SUCESSÃO PRESIDENCIAL DE 1930 .	37
CAPÍTULO III - AS ELEIÇÕES E JÚLIO PRESTES . . .	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	12
Notas.	127
BIBLIOGRAFIA	139
ANEXOS	143

INTRODUÇÃO.

A história política do Brasil contemporâneo está começando a encontrar em estudiosos das Ciências Humanas, pesquisadores cuidadosos que acabam por produzir trabalhos de significativa importância para esclarecer a vida nacional, principalmente a partir da Revolução de 1930.

Esta Monografia não pretende analisar profundamente o período e nem tampouco palmilhar caminhos já trilhados por outros pesquisadores na senda aberta por Célio Debes. É ela um tijolo a mais na construção da História Brasileira, tentando recuperar alguns elementos da vida e atuação política de Júlio Prestes.

Foi o estadista de São Paulo figura central do movimento sucessório do Governo Washington Luís. Desenvolveu intensa atividade como deputado federal e líder do governo na Câmara, o que acabou por credenciá-lo como substituto ideal do presidente da República nas eleições de 1930. É exatamente a descrição do movimento partidário, a análise da atuação das lideran-

ças estaduais e as intrincadas ligações pessoais, que ca racterizam o processo de propaganda e eleições dos anos trinta é que procuraremos mostrar através de documentação inédita do arquivo pessoal de Júlio Prestes*.

Basicamente o nosso estudo se alicerça nas cartas escritas por Júlio Prestes e naquelas rece bidas por ele no período da propaganda e nas notícias e comentários dos jornais da época.

É uma monografia obrigatoriamente res trita e tem por objetivo principal a busca de elementos ponderáveis para a análise política do período, embora se ja, por decisão, informativa antes que uma análise baseada numa sólida metodologia ou alicerçada num instrumental teórico seguro e incorporado. É a busca de elementos documentais, que pretensamente organizados, permitirão a discussão de alguns pontos da questão sucessória do presidente Washington Luís.

Além dos capítulos que a compõem, a mo nografia divulga uma série de documentos consultados e u tilizados para sua confecção. cujo anexo tem a função

*Arquivo Privado Júlio Prestes - doado pela família de Júlio Prestes ao Arquivo do Estado de São Paulo.

principal de trazer a outros estudiosos elementos novos de análise, além de se tornar mais um meio de se preservar a documentação conservada pelo Arquivo do Estado da Secretaria de Estado da Cultura.

Nota necessária

Este trabalho visa estudar parte de documentação pessoal de Júlio Prestes entregue à custódia do Arquivo do Estado de São Paulo. O estudo se prende à sucessão presidencial de 1929/1930. Talvez não se acrescente muito, porém alguns pontos do período passarão a contar com novos elementos para a análise. A vasta bibliografia sobre o período, a série enorme de teses acadêmicas e muitos estudos em andamento sobre a sucessão de Washington Luís, em certo sentido, esgotam a questão. Mas com o recolhimento desta documentação ao Arquivo Público e a facilidade de acesso a sua consulta, entendemos que por pouco que seja feito, por si só, os papéis inéditos de Júlio Prestes poderão se transformar em fonte para novas pesquisas. Ao lado da busca no acervo inédito procedemos a leitura nos jornais da época, fontes preciosas para que se discuta a sucessão presidencial de 1929.

O trabalho acabou por se dividir em partes, naturalmente organizadas no decurso da pesquisa. No primeiro capítulo efetuamos o estudo do momento político em que se desencadeia o processo sucessório de Washington Luís; no segundo capítulo, utilizando a correspondência de Júlio Prestes e a leitura dos jornais, pro

curamos analisar a documentação e suas implicações em função do momento em que foram escritos; já o terceiro capítulo trata das eleições de 1930 e a atuação de Júlio Prestes.

Nas considerações finais introduzimos algumas observações sobre o estudo desenvolvido tentando comprovar algumas hipóteses levantadas durante o período de nossas preocupações.

I

O MOMENTO POLÍTICO

O estudo do período relativo ao final da 1ª República no Brasil, ao desencadear da Revolução de 1930, tem sido objeto de análise não só da historiografia tradicional, como recentemente inúmeros pesquisadores têm voltado sua preocupação para a História da República no Brasil. Temos ao lado do clássico livro de José Maria Bello, o seu *História da República*, publicações recentes que cuidam dos movimentos tenentistas, do Partido Democrático, da Revolução de 1930, da atuação das classes médias, escritas por historiadores contemporâneos como Maria Lígia Prado, Décio Saes, Célio Debes, Edgard Carone, Boris Fausto, etc, que acrescem à historiografia do período importante contribuição. Com o apoio do conjunto desses trabalhos, faremos algumas considerações sobre o momento político que particulariza o nosso estudo, do ponto de vista do material de pesquisa que tivemos oportunidade de manusear.

A década de vinte no Brasil foi marcada por acontecimentos políticos, econômicos e sociais, que sugerem estarmos atravessando um período de transição, reflexo também das transformações que ocorriam no plano internacional, como consequência da 1ª Guerra Mundial. Uma nova ordem política, econômica e social marcou a década de vinte. Se uma nova ordem política se define em termos internacionais com o crescimento dos totalita-

rismos na Europa, com a vitória da Revolução Russa e com a emergência dos EUA como nação hegemônica para o mundo ocidental, é claro que esses acontecimentos exercerão influências decisivas não só nos países de origem, como naqueles que a eles estão ligados direta ou indiretamente. No Brasil, a emergência das camadas médias urbanas, os movimentos tenentistas, o constante questionamento da ordem política oligárquica que prevalece na 1ª República, as dificuldades econômicas e financeiras, as transformações industriais, a oposição à civilização agrária, os reflexos da crise econômica de 1929, este conjunto de elementos desembocaram num questionamento político mais amplo que resultou no processo revolucionário de 1930. As tensões e os conflitos que se manifestaram nesse período, vistos à distância que hoje o tempo nos permite, parecem acentuar esse caráter de transição.

O governo de Artur Bernardes, de 1922 a 1926 foi marcado pela efervescência política, permanente ameaça revolucionária, grave crise econômica e financeira. A crise que afligiu o Brasil não derivava apenas dos erros das administrações financeiras, mas prendia-se à situação criada pela guerra européia; a exasperação das lutas partidárias agravava as condições do Tesouro Federal no início do quadriênio Artur Bernardes. A uma política de moderação que poderia talvez amainar os ódios da re

cente campanha política, preferiu Artur Bernardes uma atitude reacionária, simbolizada nas leis repressivas à liberdade de imprensa, no permanente estado de sítio e no desmonte das máquinas dos governos estaduais, que lhe tinham sido adversos. Durante o seu governo, multiplicaram-se e agravaram-se os chamados casos políticos. Segundo José Maria Bello, em seu governo

A permanente crise da ordem pública focalizava certa fraqueza congênita, no plano político, do Executivo Federal, apesar das forças ditatoriais de que, sob muitos aspectos, dispunha. A ausência de partidos nacionais, embora de fachada, como os que tinha conhecido a monarquia, a impossibilidade de livres pleitos, a falta de educação política, não somente das massas populares, como das elites dirigentes, e o baixo nível econômico do país, concorriam para deturpar cada vez mais a vida pública. Entre estados de sítio crônicos, pronunciamentos e revoluções sucessivas, assinalava o Brasil a decadência de suas instituições republicanas (1).

O governo de Artur Bernardes com sua política repressiva não conseguiu extinguir, quando não

estimulou, a fermentação revolucionária, em que, mais de uma vez, se confundiam inquietações demagógicas, vulgares ambições de mando e sinceros desejos de vida democrática mais livre, ou menos adstrita à herança patriarcal do Império. Frustrada uma conspiração civil ou militar, imediatamente surgia outra. É assim que, a 5 de julho de 1924, dois anos após o levante da fortaleza de Copacabana, deflagrava uma revolução em São Paulo, sob a chefia do general reformado Isidoro Dias Lopes. Apoiava-o um grupo de jovens oficiais que, desde a presidência de Epitácio Pessoa, conspiravam abertamente. O governo Bernardes, apoiado pelos governos estaduais e pela maioria do Congresso Nacional, reage energicamente, repelindo propostas de reconciliação. Forças do exército, da marinha e das polícias dos estados sitiavam a capital paulista, ameaçando-a de bombardeio. Não podendo oferecer resistência, vinte e dois dias depois do início do levante, as forças sublevadas abandonavam a cidade em ordem, e retiravam-se para a zona do oeste sobre o rio Paranã.

O governo federal vencera mais uma vez.

a viver, a República tinha de manter-se em permanente estado de alerta. Em vários pontos do país, como Amazonas, Pará, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul, repercutia a revolução de São Paulo em motins que os governos locais dominavam por si mesmos, ou com o auxílio da

União. No Rio Grande do Sul, o movimento revolucionário adquiriu novo impulso. Parte das forças revolucionárias do general Isidoro Dias Lopes, que haviam abandonado a capital de São Paulo, concentrara-se no território do Iguaçu, afluente do Paraná, em face do Paraguai, mantendo constantes combates contra as tropas fiéis ao governo; em outubro de 1924, explodiu a revolução na antiga região das Missões, no Rio Grande. Era a "Coluna Prestes" - forte de mais de mil homens, onde se confundiam antigos oficiais revolucionários exilados nos países vizinhos, veteranos das antigas guerras civis, e das mais recentes sublevações, caudilhos, peões, aventureiros de toda espécie, iniciam extraordinária marcha de mais de dez mil quilômetros através dos estados do Sul, do Centro e do Nordeste até o Maranhão, lutando contra forças regulares do exército, das polícias locais, dos batalhões provisórios do Rio Grande do Sul. A "Coluna Prestes" acusada de banditismo, os revolucionários afetados pela malária, carregando doentes e feridos não resistiu e internou-se em território boliviano, após dois anos e meio de lutas.

Nestas atormentadas condições viveu o governo de Bernardes e o Brasil. O governo tendo conseguido o controle da política federal, encaminha a candidatura do senhor Washington Luís, presidente de São

Paulo, para seu sucessor na presidência da República. Com a posse do presidente Washington Luís Pereira de Sousa e com o exílio da Coluna Prestes, o Brasil pôde gozar de uma paz desconhecida durante o governo de Artur Bernardes. Não era possível falar em fraude eleitoral, pois o ex-governador de São Paulo tinha sido candidato único na eleição presidencial de 1926. Para mostrar seu agradecimento pelo apoio político que lhe fora dado por Borges de Medeiros, o novo presidente nomeou Getúlio Vargas ministro da Fazenda.

Washington Luís, membro do grupo aristocrático que há algum tempo vinha dando presidentes ao Brasil, parecia mais afável que seu predecessor, mas da mesma forma que Bernardes, acreditava em tratar a Oposição com severidade. Manteve sua posição contrária à anistia geral porque considerava que era sinal de fraqueza da parte do governo - *e ele não era decerto, homem de aceitar fraquezas* (2). De seu programa de governo ressaltavam-se dois pontos capitais: as construções rodoviárias e a reforma financeira.

Repleto de otimismo e de autoconfiança, Washington Luís deu ao Brasil uma administração que conquistou popularidade desde o seu início, quando pôs fim ao estado de sítio. O orçamento federal de 1927 equilibrou-se e novos empréstimos concedidos por Londres

e Wall Street, elevando a dívida pública externa do país a mais de um bilhão de dólares, ajudavam a promover os objetivos prioritários do presidente — a construção de rodovias e a manutenção da moeda estável, baseada em reservas substanciais de ouro. Banindo os sindicatos e as greves, o governo afirmava que *o problema sindical é um problema para a polícia* (3).

Nestas condições, aos conspiradores que se mantinham no governo Washington Luís, só restavam esperanças na atividade do Partido Democrático, fundado em São Paulo em 1926 e que, em 1927, ampliou-se em escala nacional sob o título de Partido Democrático Nacional. O partido organizando-se a nível nacional enviou caravanas de oradores por todo o interior, a pregar o evangelho da reforma eleitoral.

Sobre a formação do Partido Democrático nos diferentes municípios de São Paulo e do país é que se refere a carta dirigida a Júlio Prestes, datada de 20 de fevereiro de 1930, de Santo Anastácio, assinada por Orfila Mineiro e que afirma:

A situação local modificou-se, em virtude dos amigos íntimos e dos partidários do Sr. José Prado, que sempre hipotecou franco apoio ao governo de Vossa Excelência e agora nas vésperas do pleito fundou o Partido Democrático,

organizando Comitês de Propaganda dos candidatos da Aliança. Foi uma surpresa para todos nós pois, vão eles com isso quebrar a unanimidade de sufrágios com que Santo Anastácio iria sufragar o nome de Vossa Excelência (4).

Observamos que o Partido Democrático começa então a simbolizar a concretização do movimento político de oposição que há muito vinha se articulando. As próprias lutas internas que se desenvolviam no Partido Republicano Paulista contribuíram para a formação daquele Partido. Essas lutas internas contribuíram para a saída de muitos políticos das hostes do P.R.P.. O Partido Democrático teria importância sensível nos rumos políticos situacionistas e de oposição que marcaram a luta pelo poder, particularmente no processo sucessório de Washington Luís.

A organização do Partido Democrático reflete a manifestação partidária da burguesia brasileira que, no entanto, ocorre tardiamente. Organiza-se em partido somente em 24 de fevereiro de 1926 com um cunho mais consciente, composto de elementos das finanças, do setor industrial e da pequena burguesia auxiliados por grupos agrários, ao qual se integraram o Conselheiro Antônio Prado, Marrey Júnior, Cardoso de Melo Neto, Ademar de Sousa Queirós, Frederico Steidel, Francisco Morato, Vicente de

Azevedo, etc. Seu programa revela a pobreza ideológica frequente nos programas da burguesia. Se mais tarde sua ação vai tomar o aspecto de luta pelo poder, suas bases teóricas, que poderiam debilitar os anseios da classe ou de um grupo a ela pertencente, diluem-se nas banalidades de um programa sem definição.

Apesar do meio hostil e mesmo violento em que se encontra, o Partido Democrático expande-se rapidamente. Sua infiltração nos meios burgueses e pequeno-burgueses das cidades paulistas é rápida, evidenciando a insatisfação de elementos que sufocavam sob um jugo político inapelável; o seu crescimento reúne 87 delegações no I Congresso, em 17 de dezembro de 1926; até 1930 o Partido realizou mais cinco congressos, aumentando o número de adeptos. Os democráticos procuraram estabelecer alianças, estabeleceram contato com o Partido Libertador, especificamente com Assis Brasil e o primeiro resultado disso é a fundação do Partido Democrático Nacional em 1927.

O P.D., formado na data comemorativa da Primeira Constituição Republicana, organizava-se mercê de uma política liberal. em cujo manifesto afirmava *o seu principal objetivo, obter para o povo livre exercício da soberania e da escolha de seus representantes* (5). Na perspectiva dos fundadores do Partido Democrático, o ponto fundamental era a questão da representatividade do voto. Objeti

vavam a existência de mais de um partido e, portanto, o debate de opiniões diversificadas.

O manifesto que marcou a instalação do Partido Democrático nos oferece elementos para a compreensão de algumas bandeiras políticas do partido. *Propugnava por reformas políticas, na tentativa de recuperação da democracia liberal, inscrita na Constituição, mas perdida pela prática cotidiana do situacionismo.* (6). Para tanto colocava a *verdade eleitoral* escudada no voto secreto.

Propugnavam pelo *governo do povo pelo povo*, no entanto, desde o princípio afirmavam que o conceito de "povo" não se referia à sociedade como um todo; apenas alguns setores eram nominados, exatamente aqueles ligados às classes proprietárias, relegando-se os demais a um segundo plano. (7).

O que podemos concluir é que o manifesto-programa do Partido Democrático dava possibilidades a que descontentes de todos os matizes se igualassem na condição de opositoristas aos procedimentos do partido do governo. Segundo Maria Lígia Prado, um manifesto *vago, amplo e indefinido* (8).

O manifesto tinha a intenção de atrair o maior número de simpatizantes independentemente de pos

síveis divergências. Os signatários do manifesto, em sua maioria, pertenciam às classes médias - profissionais liberais, funcionários - mas uma parcela significativa estava composta por representantes das classes proprietárias.

O conselheiro Antônio Prado tem sido considerado o "aglutinador" do partido. Formaram com ele Antônio da Silva Prado, Francisco Morato, José Adriano Marrey Júnior, Paulo de Moraes Barros, Paulo Nogueira Filho, Prudente de Moraes Neto, Luís de Queirós Aranha, J. J. Cardoso de Melo Neto, Luiz Barbosa de Garcia Cerqueira, Waldemar Martins Ferreira, Henrique de Sousa Queirós, Joaquim Sampaio Vidal, Francisco Mesquita, do jornal *O Estado de São Paulo*.

Podemos caracterizar como membros destacados do partido antigos perrepistas; *os interesses econômicos dos filiados aos dois partidos paulistas, o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, eram, em muitos casos, entrelaçados e próximos* (9). É importante assinalar que muitos dos membros do novo partido, qualificados como advogados, professores ou médicos, portanto caracterizando-se como profissionais liberais e membros das classes médias, tinham no entanto seus interesses e ligações econômicas além desses limites, pois eram membros integrantes da classe proprietária. Para lembrar,

Paulo de Moraes de Barros, médico e poderoso fazendeiro em Piracicaba; Joaquim Sampaio Vidal, advogado, grande fazendeiro em Marília e Ararinha; Antônio da Silva Prado, empresário por excelência, fazendeiro de café e fundador do Banco Comércio e Indústria. Esses homens foram responsáveis pela manutenção financeira do partido.

Concluimos que a origem social da maioria dos líderes do Partido Democrático se identificava com a de seus opositores políticos perrepistas, ou seja, provinham da classe proprietária.

Quanto às adesões conseguidas pelo partido, estas foram obtidas face à propaganda de uma plataforma de idéias e ações que o novo partido fez pelo interior e pela capital, conquistando interesse dos descontentes. Em 1926 chegam as adesões a cerca de cinquenta mil nomes. Parece que fundamentalmente a oposição entre democracia e oligarquia cristalizando a opção pelo Partido Democrático, fortalecida pela idéia da prática democrática efetiva; o "povo" sendo invocado como aquele que dava legitimidade ao partido.

O apoio manifesto ao Partido Democrático era a expressão de um descontentamento real com a situação política por parte de setores das classes médias. Expressavam uma ânsia reformista clara, com uma

ênfase particular nas questões políticas e morais. Invocavam conceitos como democracia e liberdade, os quais indicavam que o ideário liberal burguês estava presente em seu universo. Confiavam nos valores republicanos e democráticos.

Um dos fatores que teria determinado o engajamento de setores das classes médias no partido da oposição foi a deterioração das condições materiais de vida das classes médias desde os primeiros anos da década de vinte, quando houve grande aumento do custo de vida. Havia insatisfação no ar, e o Partido Democrático correspondia a certas aspirações das classes médias. Outro fator que explica a adesão ao P.D. é a própria prática política do Partido Republicano. Ao mesmo tempo que se indispunha com setores da classe dominante, conquistava inimigos entre as classes médias, alijando-as de qualquer decisão ou participação política reais.

Podemos afirmar que o ingresso espontâneo no P.D. explica-se pelo fato deste constituir o único canal político de participação, além de observar o ideário democrático-burguês, ressurgia como bandeira reformista e moralizadora.

Outra forma de arregimentação política utilizada pelos democráticos, embora criticada quan-

do praticada pelos republicanos, foi a técnica do voto de "cabresto". Atacada como sôrdida, no entanto o P.D. fez uso constante de sua prática. Utilizou-se da arregimentação de colonos através de seus patrões. Observa-se que a arregimentação deveria ser feita de qualquer forma; os eleitores não precisavam ser ex-perrepistas. Podiam ser oriundos de uma luta política local que como "causa justa" servia para a entrada de novos correligionários no partido. Tudo era permitido nas urnas, até mesmo o voto de "cabresto". Segundo Maria Lígia Prado,

ao lado daqueles que entravam para o Partido Democrático crendo numa renovação política, votavam pelo Partido Democrático os mesmos colonos, os mesmos trabalhadores, os mesmos seguidores de "coronéis" com uma diferença: votavam na oposição (10).

Outro segmento que compôs o partido foi o dos imigrantes, especialmente os italianos. Escreviam ao Diretório Central pedindo para efetuar sua qualificação eleitoral; muitos solicitavam sua naturalização e sua entrada para o Partido Democrático, que consideravam ser um partido disposto a eliminar as arbitrariedades e a propor reformas administrativas.

O que nos parece certo é que houve por

parte de imigrantes, ou filhos destes, adesões ao P.D., e da parte da cúpula do partido houve simpatia por qualquer tipo de eleitor, independentemente de sua origem. O que naturalmente não significa que todos os diretórios fossem simpáticos aos estrangeiros. Grassava um certo preconceito. Na realidade um xenofobismo oportunista levava à aceitação do estrangeiro nos quadros do Partido ou a sua rejeição, face à imagem cosmopolita do P.R.P. O que nos parece não ser retrato fiel da verdade histórica. Independentemente de correntes partidárias, o xenofobismo impregnava o universo ideológico da classe dominante. O estrangeiro, na medida em que se identificava com o imigrante que vinha para o Brasil na condição de trabalhador rural ou operário urbano, situava-se como classe dominada. Estava, portanto, sujeita aos imperativos da classe proprietária. Era acusado de não possuir "espírito cívico", nem sentimentos nacionais. Além do que, o estrangeiro, imigrante, ocupando o lugar de classe dominada, passava a contestador das estruturas vigentes, na medida em que se ligava, principalmente o italiano e o espanhol, ao socialismo e ao anarquismo, vistos pela ideologia dominante como *idéias estranhas ao caráter nacional* (11). Passava o imigrante a se constituir em inimigo perigoso, pronto a quebrar os padrões sociais em vigor.

Na prática, as manifestações xenófo-

bas pelos democráticos devem ser compreendidas como um elemento da luta política; na verdade, o anti-estrangeirismo era manipulado politicamente pelos democráticos.

A nosso ver, a xenofobia estava disseminada no universo da classe dominante: uma incidência mais marcada desse traço, no discurso dos líderes democráticos, deve ser atribuída à utilização da xenofobia como arma ideológica e política no combate ao P.R.P.. O "cosmopolitismo", imputado ao P.R.P. (pelos historiadores), deve ser visto como a capacidade política de absorver e manipular o voto imigrante.

Vale ressaltar, assim, que a adesão ao Partido Democrático de eleitores estrangeiros naturalizados ou com intenção de naturalizar-se foi significativa. O Diretório Central não obistou o reconhecimento da direção dos Diretórios Municipais, por serem compostos por homens com sobrenomes estrangeiros (12).

Muitas outras dificuldades foram encontradas pelo P.D. para a arregimentação e filiação ao Partido. Exemplificando: havia pessoas que se declaravam solidárias, mas que declinavam de fazer parte do diretório ou de filiar-se ao Partido, com receio de persegui

ções (remoções por parte de professores, esposas, etc). Outros, face à oferta de trabalho oferecida pelo "situacionismo", ficavam entre as fileiras perrepistas. Há inúmeros testemunhos neste sentido. Somando-se ainda as dificuldades financeiras, a inexpressividade de certas pessoas, porque *sem nenhuma tradição política na terra* (13).

Em resumo, o partido enfrentou extremas dificuldades para se organizar e se manter nas diversas cidades do interior. Onde existiam ricos fazendeiros ou outros elementos influentes que com sua presença marcavam o diretório, e congregavam em torno de si um bom número de leais seguidores, o partido conseguiu bons resultados.

No entanto onde o partido devia se organizar, crescer e se manter às custas de membros das classes médias, houve extraordinários obstáculos para se implantar e consolidar a agremiação (14).

O Partido Democrático, apesar dos obstáculos, cresceu e desenvolveu seus núcleos; em fins de 1927 existiam diretórios em todos os distritos da capital e cento e oitenta núcleos no interior (incluindo os que tinham diretório provisório). Representavam resultados do trabalho e do avanço político dos democráticos.

A propaganda do ideário do Partido Democrático fez-se através de jornais, comícios e caravanas democráticas pelo interior.

A criação de um jornal como órgão oficial do partido era tida como fundamental. Foi assim que nasceu o *Diário Nacional*, que começou a circular a 14 de julho de 1927. Procuram os democráticos atingir todo o interior através de agentes locais. O jornal circulou até 30 de setembro de 1932, havendo algumas mudanças na sua direção. Foram criados também pequenos semanários em muitas cidades do interior, em geral com o nome de "O Democrático", que tratavam das questões da política local e faziam frente ao núcleo do Partido Republicano Paulista da cidade.

O *Diário Nacional* procurou ser um jornal mais adequado às classes médias, mais simples, mais acessível aos paulistas de "cultura mínima". Buscava assuntos que pudessem interessar a setores das classes médias.

O *Diário Nacional* também cobria as greves operárias com uma certa constância, indicando algumas vezes a perspectiva operária sobre os movimentos grevistas e suas causas.

O jornal procurava aumentar seu públi

co; ao lado da propaganda partidária, os articulistas procuravam atingir certos setores das classes médias, possíveis de serem arrolados nas fileiras da oposição. Uma nova forma de propaganda adotada pelos democráticos foram os cartazes: pela primeira vez pregavam-se cartazes de propaganda e foram também impressos e distribuídos cartazes satíricos ao Partido Republicano Paulista.

Formaram-se caravanas que tinham por finalidade fazer o proselitismo e estabelecer contatos com as diversas cidades visitadas.

A eficácia da propaganda pôde ser medida pelos relativos êxitos nas eleições de 1927 e 1928, e pela ampliação dos núcleos do partido.

Maria Lígia Prado, em seu trabalho *A Democracia Ilustrada - São Paulo 1926-1934*, afirma que

o partido surgiu de um pequeno grupo com uma proposta de reformar os costumes políticos paulistas e brasileiros. É certo que esse grupo pertencia à classe dominante; no entanto o partido precisava ter uma base social e eleitoral para que pudesse chegar, ou mesmo aproximar-se do poder. A solução consistiu em abrir o partido aos oposicionistas dos mais variados matizes: desde figuras das classes médias, até mem-

bros da classe operária. Assim, descontentes, diversos elementos transformaram-se em opositoristas e entraram para o partido como único canal legal de expressão e participação políticas. O partido cresceu e para os membros da classe proprietária, em grande maioria no Diretório Central, o Partido Democrático começava a ficar difícil de ser controlado (15).

Analisemos agora a inscrição do partido nas lutas político-eleitorais do Estado e sua articulação a nível nacional.

primeira intervenção direta no processo eleitoral efetivou-se em 1927. Os dados revelam que particularmente nos pleitos para a presidência do Estado, nota-se o extraordinário domínio eleitoral do Partido Republicano Paulista, alcançando praticamente a totalidade dos votos.

É preciso também lembrar que nas eleições do Estado de São Paulo, a importância política do interior é grande. A cidade de São Paulo não tinha o significado político que desfrutará depois de 1950.

A pequena expressividade da participação política está intimamente relacionada às dificuldades existentes para o indivíduo chegar a ser eleitor. Era ne-

cessário alistar-se para ser "qualificado" como eleitor; o que implicava em boa vontade e persistência por parte do futuro eleitor. Era necessário, para qualquer alistamento de estrangeiros ou de brasileiros, fazer um requerimento de próprio punho, contendo declarações de idade, naturalidade, filiação, estado civil, profissão, município e lugar de residência. Esse documento devia vir acompanhado de provas para todos os itens. Nos itens renda e residência, o processo precisa ser intruído com provas e contra-provas. Havia também necessidade de comprovação de renda.

Eram, portanto, grandes as dificuldades enfrentadas por aqueles que quisessem se tornar eleitores. Um operário, por exemplo, precisaria dispor de tempo livre para objetivar seu intento.

Ao mesmo tempo, quando o alistamento era pedido e apresentado pelo Partido Democrático, os problemas cresciam, os empecilhos eram maiores. Os obstáculos colocados pelos representantes do P.R.P. eram desanimadores.

As dificuldades eram tais que o Partido Democrático mantinha uma Comissão de Alistamento e uma Secção Jurídica para acompanhar os casos de "qualificação" de eleitores (16).

O Estado não facilitava a tarefa de obtenção do Título de Eleitor. Outro problema difícil para a oposição era o fato do voto não ser secreto. O Partido Democrático defendeu desde o primeiro momento o voto secreto e a sua importância para a verdadeira democracia.

Com essas reais dificuldades, o Partido Democrático iniciou sua campanha eleitoral para as eleições de 24 de fevereiro de 1927. Foram eleitos três deputados federais. Essa primeira vitória teve algum significado, porque não era fácil fazer frente ao situacionismo. O P.R.P. partia, além da cooptação, para a violência.

Nas eleições de 24 de fevereiro de 1928 o partido não participou. Não houve candidato que se opusesse ao candidato oficial, Júlio Prestes. O Partido Democrático não concorreu nessas eleições.

Aos poucos o partido procurou se organizar e se preparar adequadamente para as eleições.

Na composição do P.D. parece claro a existência de dois grupos que se opunham, o elitista e o popular. Parece que não houve propostas muito concretas pelo grupo preocupado com as questões sociais. Parece que fundamentalmente havia duas perspectivas de arre

gimentação política. O que é possível constatar eram duas maneiras de ver e fazer política; uma fechada, elitista, que não estava disposta a perder o mínimo controle a respeito das decisões sobre os destinos do Partido. A outra, mais aberta, mais dinâmica, anunciando uma forma mais popular de fazer política.

O grupo mais "popular" que reconhecia a complexidade da sociedade em que vivia e conferia importância política a outros setores sociais, para além da classe dominante. Esse grupo foi o defensor da abertura da agremiação à entrada de todos os oposicionistas, fato que não modificava seu enquadramento dentro das balizas ideológicas da classe dominante.

Nas eleições de 1928, o Partido não se saiu muito bem; não conseguiu fazer nenhum senador e apenas dois deputados estaduais.

Estas eleições contaram com uma particularidade importante. O Bloco Operário e Camponês (B.O.C.), braço parlamentar do Partido Comunista, apoiou os candidatos do Partido Democrático. Justificam a sua participação afirmando que

entre dois partidos políticos não

proletários, um governamental, oligárquico, conservador e reacionário, que nada garante aos trabalhadores e só os ameaça com a cadeia, o flagício e a deportação, e outro, na oposição, popular, democrático e liberal, que promete ao proletariado liberdade de reunião e associação, defendendo-o nas ocasiões precisas - entre dois, partidos nessas condições, não nos é dado titubear (17).

O manifesto do B.O.C. de 22 de fevereiro de 1928 foi publicado no *Diário Nacional* em 23 de fevereiro de 1928.

O partido, para consolidar sua existência, para conseguir votos, necessitava abrir suas portas para aqueles descontentes, independentemente de sua posição de classe. O grande embate do partido consistiu exatamente no movimento contraditório de abraçar todos os opositoristas e, ao mesmo tempo, não permitir que a cúpula conservadora perdesse o controle nas decisões do destino do Partido Democrático.

Até fevereiro de 1928, indubitavelmente, o partido crescera, elegeu deputados federais e estaduais. O aparato do P.R.P. para dismantelar a oposição nas eleições de 1928 tinha sido uma demonstração de que

a "situação" se preocupava com as possibilidades de êxito do P.D.. Objetivava a cúpula do P.R.P. impedir que o P.D. conseguisse outras vitórias nas urnas. Nas eleições para prefeito e vereador em 1928 que se realizaram na cidade de São Paulo, não foi eleito um vereador democrático sequer, vencendo ainda o candidato perrepista a prefeito que derrotou facilmente seu opositor. Os democráticos acusaram o P.R.P. de ter levado a fraude a extremos nunca vistos; a derrota em São Paulo foi atribuída à corrupção e à arbitrariedade.

Após as eleições de 1928, os ânimos de alguns democráticos estavam exaltados e inconformados com o resultado.

Em 1928 o Partido Democrático começa a pôr em dúvida a crença no emprego de métodos legais para a tomada do poder. Iniciava-se em 1929 a etapa das alianças políticas e da discussão sobre a viabilidade da luta armada. O Partido Democrático de São Paulo, ainda que dirigido unicamente para as questões estaduais, procurou ultrapassar os limites regionais e estabelecer contatos a nível nacional. A fundação do Partido Democrático do Distrito Federal a 17 de maio de 1927 foi a primeira manifestação concreta dessa tentativa de articulação mais ampla.

A independência relativa entre os Par

tidos Democráticos criados pode ser evidenciada pela manifestação de alguns democráticos paulistas que viam o núcleo do Rio de Janeiro como radical. O grupo do Rio de Janeiro manifestava maior preocupação com as questões sociais.

Criaram-se outros grupos e núcleos do P.D. em diversos Estados, como Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Pernambuco, com pequena repercussão e curta existência.

O Partido Democrático Nacional constituiu-se a 21 de setembro de 1927 como partido nacional, permanecendo, todavia, os núcleos regionais autônomos e independentes.

A aproximação entre paulistas e gaúchos se estreitou e teve expressão nacional por ocasião do Congresso das Oposições, em março de 1928, em Bagé.

Um dos momentos de participação do Partido Democrático a nível nacional ocorreu com a proximidade das eleições para a presidência da República e a formação da Aliança Liberal em 17 de julho de 1929 entre Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em 25 de julho de 1929, o Partido Libertador deu seu apoio à Aliança Liberal e, em 21 de agosto de 1929, o Partido Democrático Paulista se compro

meteu com os candidatos da Aliança Liberal. O Partido Democrático do Distrito Federal dividiu-se com relação à questão, criticando especialmente os métodos de escolha dos candidatos aliancistas.

O apoio do Partido Democrático aos candidatos da Aliança Liberal e a participação de alguns de seus elementos na conspiração que desembocaria no movimento de 1930 indicaram as articulações e ligações do Partido Democrático a nível nacional.

Em setembro de 1929, o Partido Democrático Nacional, sem grande entusiasmo, deu apoio à candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa; realizou seu primeiro Congresso. No entanto, o Partido Democrático Nacional desapareceria logo depois.

O regionalismo paulista pode ser captado também pela interpretação da situação nacional feita por um dos ideólogos do P.D., Júlio de Mesquita Filho. Em seu livro *A Crise Nacional* (18), o autor demonstrava que a São Paulo cabia um lugar de vanguarda na direção política nacional. Ele era favorável à evolução política do país para uma confederação.

O P.D., durante sua existência, procurou estabelecer contatos fora do Estado, pois tinha clareza de que São Paulo, isolado, não era capaz de promo-

ver a reforma do poder instituído. No entanto, entendia que a São Paulo cabia o papel de vanguarda nesse processo.

Na verdade, a perspectiva dos democráticos a respeito de um partido nacional passava pelo lugar privilegiado e hegemônico que São Paulo deveria ocupar na direção.

De toda forma, as circunstâncias históricas objetivas da década de 1920 não permitiam a constituição de um partido nacional. A organização federativa do Estado, as relativas autonomias das unidades estaduais, a "tradição" regional política brasileira, além das efetivas dificuldades de comunicação e transportes, tendo em vista a imensidão do território nacional, foram fatores concretos que dificultavam a organização de um partido nacional.

Para o Partido Democrático, a primeira grande questão do ano de 1929 consistia na tomada de posição relativa às eleições para a presidência da República a serem realizadas no ano seguinte. Três candidatos eram aventados no seio do partido: Getúlio Vargas, Antônio Carlos e um candidato próprio. Aguardava-se a realização do Congresso Geral do Partido Democrático para que se tomasse uma posição oficial.

Outro debate importante era travado

entre os que defendiam uma postura moderada, "pacifista" e outros — a minoria — que entendiam ser necessário ir às últimas consequências e fazer a "revolução", isto é, pegar em armas para derrubar o governo.

O V Congresso do Partido Democrático reuniu-se em agosto de 1929 e votou o apoio do partido aos candidatos da Aliança Liberal — Getúlio Vargas e João Pessoa — abdicando da idéia de lançar um candidato próprio. Por 341 votos e 3 contra, Getúlio Vargas e João Pessoa foram consagrados como candidatos dos democráticos paulistas; ainda que a votação fosse tão significativa, as posições divergentes continuaram. Havia no partido o esboço de uma corrente anti-aliancista, liderada por Paulo Duarte e Afonso Martins Ribeiro.

Paulo Duarte desconfiava de nomes como o de Antônio Carlos que defendera todas as arbitrariedades de Artur Bernardes. Sua adesão à "causa democrática" ter-se-ia dado depois de ser repudiado por Washington Luís. Paulo Duarte indicava ainda uma divisão na Aliança com relação à luta armada. Assinalava três posições: a de alguns elementos do P.D.N. que defendiam a idéia de que perdidas as eleições pela violência e pela fraude, o movimento deveria ultrapassar o âmbito legal; os democráticos e os libertadores que acreditavam que as eleições de

1º de março de 1930 eram uma das fases preparatórias da revolução; os encabeçadores da Aliança, isto é, os republicanos rio-grandenses, Minas Gerais e Paraíba eram totalmente contrários à luta armada.

Realizadas as eleições, constatou-se a vitória da chapa governista. Nenhum dos candidatos democráticos ao Senado e à Câmara Federal foram eleitos. A fraude campeou. Houve um certo inconformismo por parte dos democráticos, uma certa indignação. Alguns elementos do Partido Democrático integraram-se desde esses meses na conspiração revolucionária.

Aos poucos, no entanto, os ardores revolucionários arrefeciam. O assassinato de João Pessoa foi um novo sopro de ânimo para os democráticos, indignados com o ocorrido.

Fica claro o comprometimento do P.D. com a "Revolução" e, reafirmada a preocupação de que o "povo" fizesse a outra "revolução".

Eclode a Revolução. Vitoriosa, nela o Partido Democrático tinha uma parcela de representatividade. Em São Paulo o governo perrepista aceitou sem resistência a derrota.

II

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL DE 1930

No capítulo anterior procuramos situar o momento político no qual ocorreu a sucessão presidencial de Washington Luís. Neste segundo capítulo, vamos centrar nossas atenções na correspondência pesquisada e nos jornais, que refletem a postura da oposição e também a do governo. Na figura de Júlio Prestes, destinatário da correspondência estudada, se concentrou nossa atenção.

Washington Luís deveria, seguindo a tradição da política do "café com leite", indicar para seu sucessor um mineiro. Antônio Carlos de Andrada, governador de Minas Gerais, assim o esperava. No entanto, desde o começo do governo Washington Luís, os augúrios pareciam destacar no meio político do País a juventude enérgica de Júlio Prestes, discípulo devotado de Washington Luís e que estava inteiramente de acordo com o seu programa. Desde Prudente de Moraes, a escolha oficial dava-se antes de setembro do terceiro ano de cada mandato. O acaso e a vontade de Washington Luís fazem com que Júlio Prestes tenha uma ascensão política rápida, facilitada com a morte de Carlos de Campos, presidente de São Paulo. Outro elemento a demonstrar as intenções do presidente da República foi a condição de líder da bancada confiada a Júlio Prestes. Enquanto isto, o governo encontrava aprovação subserviente de todos, quando declarava que o problema sucessório era prematuro e deveria ser tratado a

seu tempo. No princípio de 1929, os que conversavam com o presidente sobre o problema sucessório ouviam-no declarar que o mandato de quatro anos era curto demais, e que os planos para a eleição de março de 1930 deveriam começar a ser considerados em setembro de 1929. Mas nenhum político estava deixando de lado a questão. Antônio Carlos iniciava em Minas o preparo de sua candidatura ao governo federal; de conservador transformara-se em liberal, patrocinando congressos; faz sua propaganda gastando dinheiro público e subvencionando jornais; aproxima-se da Igreja adotando o ensino religioso obrigatório nas escolas públicas; e pede reformas, com o voto secreto para agradar o povo. Esta pretensão aliada à certeza de que seria a vez de Minas, segundo o esquema vigente, esboroou-se diante da teimosia do governo em encaminhar a candidatura de Júlio Prestes, encarecendo a necessidade da continuação administrativa e financeira e também em especial a defesa do café. A situação piora com a antipatia de Washington Luís por Antônio Carlos, com o governo adotando uma linha rígida e intransigente em relação ao governo de Minas. A cisão entre Washington Luís e Antônio Carlos significava que os dois voltariam os olhos para o Rio Grande do Sul, um Estado unificado sob a liderança de um homem que tinha relações amistosas com Washington Luís, e que fora seu ministro da Fazenda. Ocupado com a

tarefa de estreitar as boas relações de seu Estado com o governo federal, o deputado Flores da Cunha informou Vargas, confidencialmente, de que o presidente reconhecia a resistência que havia a Júlio Prestes, e havia decidido que, se se tornasse impossível apresentar a sua candidatura, escolheria Vargas (19). O presidente de Minas, Antônio Carlos, fazia seus conchavos com grande serenidade, mas, no fundo, estava menos esperançoso do que parecia. Não lhe sendo possível conseguir que o Rio Grande concorresse em apoiá-lo, no caso de Washington Luís não respeitar o pacto sucessório, declarou ao jornalista Assis Chateaubriant, em janeiro de 1929, que se a candidatura Júlio Prestes fosse apresentada, ele a vetaria, oferecendo o apoio de Minas a um candidato do Rio Grande do Sul (20). O recado deveria servir como advertência a Washington Luís.

Tanto Vargas como Borges, que eram mencionados como possíveis candidatos à presidência caso Antônio Carlos tivesse de efetivar a ameaça, não viam qualquer vantagem em romper com o governo federal. Numa carta de 10 de maio de 1929, dirigida a Washington Luís, Vargas procurou desfazer qualquer preocupação que seu amigo, presidente, pudesse ter. Repetindo o que lhe havia assegurado em dezembro, acrescentava:

Tenho permaneci

do fechado a qualquer manifestação sobre a sucessão presidencial pelo desejo de não contribuir para perturbar o ambiente, para deixar à livre iniciativa de V. Excelência as "demarches" sobre o assunto, quando julgar oportuno.[...] E pode V. Excelência ficar tranquilo que o Partido Republicano do Rio Grande lhe não faltará com o seu apoio, no momento preciso. Não pleiteamos situações pessoais (21).

Esta afirmação parecia conter solidariedade ao governo federal da parte de Getúlio Vargas. Seria?

O político gaúcho sempre atuou com cuidado e ponderação. As dissensões político-partidárias e as disputas internas contribuíram para os novos rumos seguidos pelo político do Rio Grande do Sul. A própria competição entre João Neves e Flores da Cunha, no princípio de 1929, simbolizava o conflito entre os diferentes caminhos que pareciam abertos ao Estado. Flores acreditava que Washington Luís se inclinaria por Vargas quando se firmasse o conflito entre os dois mais poderosos aspirantes, Júlio Prestes e Antônio Carlos. João Neves confraternizava-se com os mineiros, em quem o presidente não confiava, e queria confrontar Washington Luís com uma candidatura de Vargas que tivesse o apoio de Antônio Carlos

e outros. Vargas sabia como era importante esperar.

Em junho de 1929, João Neves comprometeu-se com Francisco Campos, secretário do Interior de Minas Gerais, a apresentar um candidato contra Júlio Prestes, caso Minas desse apoio a essa candidatura. João Neves assinou o texto de um documento que assinalava o pacto firmado, o qual estipulava que, no caso de Washington Luís não apresentar um candidato presidencial mineiro, o Rio Grande do Sul e Minas dariam seu apoio ou a Borges ou a Vargas. Entre eles a escolha deveria ser feita pelo Rio Grande do Sul. O acordo contou com o apoio do chefe Borges de Medeiros.

Com o firmar da Aliança Minas-Rio Grande do Sul, Vargas escreveu a Washington Luís informando-o de que tinha de abandonar os compromissos anteriores pois, como membro do Partido Republicano Rio-grandense estava obrigado a seguir a decisão do chefe do Partido. Em sua carta Getúlio citava Borges de Medeiros: na ausência de partidos políticos nacionais, cabia ao presidente evitar os desastres que podiam ocorrer, como em 1922, quando Epi^tácio Pessoa deixara de intervir; Washington Luís não tinha demonstrado preferência por qualquer nome e, nestas circunstâncias, Vargas não podia desprezar uma oportunidade que poderia beneficiar seu Estado.

Flores da Cunha foi escolhido para levar a carta ao presidente; antes, porém, conferenciou com Antônio Carlos e Afrânio de Melo Franco, políticos mineiros, e estes decidiram que Antônio Carlos deveria escrever também a Washington Luís e, em sua carta, propor a candidatura de Vargas, sugerida por Borges.

O presidente ficou muito irritado com as duas cartas. Havia recebido com muito agrado a carta anterior de Vargas, de 10 de maio. A candidatura de Vargas, até então uma possibilidade, vinculada à necessidade de evitar uma luta política nacional de terríveis dimensões, se transformara em algo que Washington Luís ia ter que engolir, forçado por Antônio Carlos e João Neves. Diante deste novo acontecimento, o presidente não abandonou sua preferência por Júlio Prestes, mas desistiu da idéia de esperar até setembro. Ainda no mês de julho de 1929, respondeu a Vargas e a Antônio Carlos, informando-os de que tinha sondado os partidos políticos estaduais, verificando que Júlio Prestes era preferido pelas organizações partidárias que dominavam dezessete Estados. Prestes só não era bem aceito em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, sendo que a Paraíba ainda não tinha sido ouvida.

Antônio Carlos e João Neves procuravam um candidato a vice-presidente que favorecesse a coa

lizão dos seus dois Estados. Depois que se soube que o governador da Bahia concordara em ser apresentado como vice na chapa de Júlio Prestes, e quando se percebeu que as notícias otimistas que Antônio Carlos tinha recebido acerca do governador de Pernambuco eram inexatas, os dois se voltaram para a Paraíba. O ex-presidente Epitácio Pessoa tinha indicado que, se se desistisse de apresentar um candidato mineiro, Minas poderia designar o sucessor de Washington Luís.

Enviou-se um telegrama a Epitácio, que se encontrava em Haia, propondo, para companheiro de chapa de Vargas, João Pessoa, governador paraibano e sobrinho favorito de Epitácio, que respondeu concordando. No dia 30 de julho, as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa eram anunciadas pelo Comitê Executivo do Partido Republicano Mineiro, em Belo Horizonte. João Pessoa, governador da Paraíba, era um lutador, conhecido pela sua integridade e capacidade administrativa.

A Oposição abriu sua campanha no Congresso a 5 de agosto. O novo movimento era o da "Aliança Liberal". João Neves, que era orador dramático, acusou Washington Luís de procurar impor um presidente sem consultar o povo.

A obra de unificação de Getúlio Var-

gas, no Rio Grande do Sul, estava dando frutos. O deputado Assis Brasil e os seus "Libertadores", usando as fitas e os lenços vermelhos da revolução, percorriam o País atacando a candidatura Júlio Prestes. O mesmo o faziam os membros do Partido Democrático.

Segundo Edgard Carone, a Aliança Liberal representou uma cristalização paradoxal das oposições. Diferentemente de outros movimentos anteriores, ela significou um amálgama de tendências mais complexas e geograficamente amplas, tornando-as uma realidade mais atuante. Sua concretização foi possível principalmente devido à cisão da oligarquia dominante, em virtude do crescimento e expansão dos Estados politicamente relegados a segundo plano pela união do "café com leite".

O fato desta expansão não criar antagonismos entre estes Estados, mas sim possibilidades de lutarem por direitos até então não alcançados, explica o apoio conseguido pela campanha aliancista e pelo movimento revolucionário de 1930. Minas, separando-se de São Paulo, numa disputa em que Washington Luís sobrepuja Antônio Carlos, desencadeia um processo que mais cedo ou mais tarde surgiria, luta contra o sufocamento político e social que durava decênios. Esta oligarquia dissidente representada por três Estados geograficamente dispersos - Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba - facilita a

agitação e os focos de irradiação contra o governo, sendo usados pela primeira vez, diferentemente das oposições anteriores, os recursos de poderes estaduais constituídos.

O fato de estes elementos terem saído da camada dominante e de terem participado de todas as medidas coercitivas anteriores não impossibilitou, apesar das razões primárias de seus atos, que sua ação fosse o elo necessário e fundamental da transformação de 1930.

Naturalmente a existência das dissidências estaduais e dos elementos da pequena burguesia das cidades - tenentistas e civis - foi um dos fatores importantes desta nova revolta. A preponderância momentânea da ação de parte das oligarquias dissidentes e seu sucesso explicam-se pela aliança com os dois grupos que, desde 1922, criaram uma tradição de luta. Este pass recente, vivo ainda no povo, era motivo de confiança e uma necessidade para a nova conspiração. Foram os ardores, as ligações, os planos, as experiências e a fama dos tenentistas, aliados aos elementos libertadores e aos jovens de Minas e Rio Grande do Sul que forçaram a situação, preparando o 3 de outubro.

Ideologicamente a plataforma da Aliança Liberal é anódina e imprecisa, solução superficial que tudo abrange e a todos procura contentar. Em relação ao

governo o protesto é contra atos de "usurpação moral". Relativamente ao operariado constata-se que o *problema social existe mas nada tem de grave ou de inquietador* e a solução está nas leis do Bureau Internacional do trabalho. Aos Estados acena-se com reforma eleitoral que corresponda às *necessidades e aspirações do País* e que seja *a exata representação das opiniões políticas*. Aos partidos prometia-se a separação dos poderes público e partidário, numa demonstração dos malefícios dos partidos republicanos. Mas os dois itens que realmente penetraram profundamente e eram motivo de agitação no momento foram o voto secreto e a anistia. Foi realmente ferindo estas duas questões políticas fundamentais é que se fizeram as campanhas aliancistas. Mal se notava a existência da realidade social e das graves questões econômicas do momento (22).

A imprensa na época retrata o desenvolvimento da campanha política para a sucessão presidencial. Os artigos, os manifestos políticos, o apoio e solidariedade emprestados pelos correligionários a um ou outro candidato foram registrados pela imprensa.

De julho de 1929 a 1º de março de 1930, data da realização das eleições, as disputas político-partidárias emergem cotidianamente nos órgãos de divulgação. O estudo desse material relativo a questão sucessória

presidencial, somadas as manifestações de apoio e solidariedade dos diversos setores da sociedade não sô de São Paulo, mas dos diversos pontos do País, a Júlio Prestes e Vital Soares, dá a entender que o governo Washington Luís enfrentou a dissidência oligárquica, ocorrida nos partidos republicanos estaduais, com excesso de confiança. Isto acabou por permitir a organização da oposição, encabeçada pela Aliança Liberal, e constituída por outros grupos partidários como o Partido Democrático.

Encontramos no *Correio Paulistano*, e sob o título *A sucessão presidencial*, datada de 27 de agosto de 1929, manifestação de apoio a Júlio Prestes de diversos Estados do País. Destacamos uma série delas:

Maranhão (25/8/29) - Em meu nome e no dos funcionários da Alfândega desta capital, asseguro inteira solidariedade à candidatura de V. Excia. presidente da República. Atenciosamente saudações (A) Carlos Correa Rodrigues (23).

Aracaju (25/8/29) - A sociedade União dos Operários de Sergipe resolveu, de acordo com a orientação política do presidente Manuel Dantas, sufragar no pleito de 1º de março vindouro os nomes de V. Excia. e do Dr. Vital Soares. Carlos Conca, Maximiliano Geraldo e Júlio Soares (24).

Campos (25/8/29) - Dou ciência ao eminente amigo que o Sr. Antonio Peçanha Júnior, presidente do "Sindicato Agrícola", resolveu esse prestigioso elemento político prestigiar as candidaturas Júlio Prestes e Vital Soares, ingressando no comitê a propaganda dessas candidaturas nacionais. Afetuosas saudações. (a) Thiers Cardoso, deputado federal (25).

Belo Horizonte (24/8/29) - Com entusiasmo adhiro a candidatura de V.Excia. a presidência da República para grandeza de nossa pátria. Saudações. (a) João Silva Junior (26).

Muriahê, Minas (25/8/29) - Solidários com a candidatura de V.Excia. organizamos hoje, neste município o seguinte comitê de propaganda: Gabriel Oliveira, presidente; dr. Olavo Cortes, advogado e vereador à Camara; drs. Evaristo de Carvalho, Guilherme Lima, Clovis Aquino, médicos. Contamos grande votação em toda esta zona cafeeira (aa) Gabriel de Oliveira, Olavo Cortes (27).

Rio Branco, Minas (24/8/29) - Inteiramente solidário com V.Excia (a) João Evangelista de Oliveira (28).

São Raimundo Nonato, Piauí (25/8/29)

- O Conselho Municipal desta villa, votou hoje, em sessão especial, uma moção de apoio à candidatura de V.Excia. à sucessão presidencial da República. Saudações. (a) João Rodrigues, presidente; Leovegildo Dias, Aureliano Dias, Maximiniano Silva, Antonio Gonçalves (conselheiros) (29).

Cruzeiro do Sul, Santa Catarina - (25/8/29) - Temos subida honra de comunicar a V. Excia. que em reunião efetuada hoje, na sede do Distrito Herval deste município de Campos, novos e numerosos elementos políticos do Distrito Herval e São Sebastião do Herval, foi eleito comitê de propaganda das candidaturas do eminentes brasileiros drs. Júlio Prestes e Vital Soares, para presidente e vice-presidente da República no futuro quatrienio. Foi eleita a diretoria abaixo e votados, sob entusiasmo e palmas, moções de solidariedade aos ilustres republicanos Drs Washington Luís, Julio Prestes, Vital Soares, Adolpho Konder e Victor Konder. Atenciosas saudações (a) Zeferino Bittencourt (30).

Areia Branca, Rio Grande do Norte (25/8/29) - Hypotheco minha solidariedade a candidatura de V.Excia. presidente da República. Todos os funcionários da alfândega suffragarão o nome de

V.Excia. nas eleições de março (a) Manuel Santos Andrade (31).

Piquete, São Paulo (24/8/29) - Te nho o prazer de comunicar que a Camara hoje reu- nida, em sessão extraordinária, approvou unanime- mente, uma moção de aplauso à candidatura de V. Excia. à presidência da República. Saudações (a) José Villela Nunes, presidente da Camara (32).

Jacupiranga, São Paulo (24/8/29)- Temos a honra de comunicar a V.Excia que o dire- tório e a Camara Municipal de Jacupiranga, em reu- nião realizada ontêm, approvou a moção que hypho- teca a inteira, leal, franca e decidida solidari- edade ao nome de V.Excia. para presidente da Re- pública no futuro quatrienio. Pelo Directorio(a) Bernardo Machado, Jorge José de Lima, presidente da Camara (33).

Presidente Wenceslau, São Paulo - (20/8/29) - Comunicamos, jubilosamente a V.Excia. que nesta data foi organizado, nesta cidade um comite para a propaganda eleitoral da candidatu- ra de V.Excia. e do sr. dr. Vital Soarea à presi- dência e vice-presidência da República, no próxi- mo quatrienio, tendo sido eleita por aclamação a sua directoria composta dos abaixo assignados e

tendo como presidente de Honra o sr.dr. Alvaro Antunes Coelho, presidente do Directorio Republicano local. Respeitosas saudações (a) Waldomiro Borges Dante, presidente; Gabriel Bambonato, José Rodrigues do Lago, Oswaldo Azevedo Sampaio, secretário; Omar de Sousa Leite (34).

Este tipo de manifestação que aparece, em grande quantidade, na imprensa do período que antecede a realização do pleito reflete a intensidade do apoio e solidariedade recebidos pela chapa oficial à sucessão presidencial; os jornais da época estão repletos deste tipo de manifestação para os políticos situacionistas, o que não encontramos na mesma intensidade para a oposição. Há grande quantidade de artigos relativos a situação política, sobre a atuação de Antônio Carlos, Borges de Medeiros, João Pessoa; outros sobre o Partido Democrático, a Aliança Liberal; artigos que defendem as posições de Washington Luís e Júlio Prestes e outros que atacam o situacionismo, o oportunismo, etc. A impressão que temos é que ainda o Partido Republicano, apesar das dissidências ocorridas, é o grande manipulador político, embora não seja possível menosprezar as brechas abertas pela oposição.

Na Paraíba, onde a Aliança Liberal obteve para sua chapa o nome de João Pessoa, a aceita-

ção da candidatura Júlio Prestes-Vital Soares foi expres
siva, conforme podemos constatar por este artigo publicado
 na imprensa em 27 de agosto de 1929 sob o título A res
posta dos Paraybanos, no qual se afirma que telegramas
 vindos da Paraíba informam

*o entusiasmo crescente em
 torno do nome do Sr. Julio Prestes e o apoio que,
 dia a dia, a chapa nacional à sucessão presiden-
 cial vai recebendo de todos os pontos do Estado.
 Não nos causa surpresa a atitude de desassombro
 que os paraybanos assumem no momento actual con-
 tra os responsáveis pela atuação de sua política
 dominante (35).*

As forças políticas de suporte no pro-
 cesso sucessório pareciam favorecer a Júlio Prestes,
 mas é inegável que as oposições foram minando as bases e
 encontrando novos espaços para sua atuação, face às no-
 vas reivindicações de camadas sociais não afinadas com o
 situacionismo; a existência de grupos objetivando uma no
va ordem política e social vem desde os primeiros gover-
 nos republicanos aparecendo, quer sejam militares ou ci-
 vis, estes grupos concretizaram movimentos que ambiciona
vam modificações nos quadros dirigentes do País. Foram
 sempre sufocados, mas na realidade suas sementes haviam
 sido lançadas e estavam na superfície à expectativa do

momento oportuno para emergirem. A sucessão presidencial, a cisão das oligarquias provocadas pela inoperância política dos quadros dirigentes dos partidos republicanos estaduais, levam à concretização deste objetivo. O que a leitura dos jornais da época e mesmo a correspondência de Júlio Prestes nos leva a constatar é que houve excesso de confiança por parte daqueles que estavam no poder, até mesmo ingenuidade política, e um certo menosprezo quanto ao fortalecimento e potencialidade dos grupos de oposição. O conluio que levou à composição de Minas e Rio Grande do Sul parece ter emergido em grande parte da profunda sensibilidade do presidente do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos, diante da conduta de Washington Luís tendendo a preterir o candidato mineiro ao candidato de São Paulo, Júlio Prestes. Esta evidência fez com que Antônio Carlos, na impossibilidade de ser ele mesmo candidato à sucessão presidencial, dirigisse as negociações políticas no sentido do rompimento, para uma nova composição, o que implicaria na quebra do sistema de alternâncias entre São Paulo e Minas definido desde Campos Sales. Ao mesmo tempo os grupos políticos dos Estados que há muito objetivavam o poder, mas que ainda não tinham conquistado este espaço, aderiram às sugestões de Antônio Carlos, principalmente o Rio Grande do Sul, o qual sempre se sentira afastado das cogitações presidenciais. Sobre essa oposição aliancista afirmava, em artigo para o

jornal *O Paiz* (de 28/8/1929), Haroldo Pacheco e Silva

Embora o liberalismo de última hora, nascido da ambição de mando, reunindo elementos os mais heterogeneos e, portanto, sem cohesão, deseje novamente conflagrar o paiz, a alma da Pátria não consentirá que tão monstruoso crime seja praticado, e, a obra patriótica de Washington Luís será consolidada por Julio Prestes para o bem do Brasil e felicidade de seu povo (36).

E ainda sobre a união Minas Gerais e Rio Grande do Sul, na mesma data (28/8/1929), afirmava o jornal *A Semana*, de Dois Córregos:

Os políticos de dois grandes e poderosos Estados - Minas Gerais e o Rio Grande do Sul - consorciaram-se para resolver o caso, não apresentando sugestões capazes de dirimir as desmedidas ambições pessoais, mas, apenas procurando satisfazer os caprichos domésticos e lançando à sucessão dois nomes respeitabilíssimos - um do presidente do Rio Grande do Sul e outro do de Minas Gerais (37).

Nos jornais saiam publicadas, provenientes de diversos lugares do Brasil, listas de apoio as candidaturas Júlio Prestes-Vital Soares, nominalmente; adesão das classes produtoras, dos ferroviários, dos hidro-

viários, enfim, setores de trabalho diferenciados procuravam marcar a sua posição ao lado das candidaturas oficiais.

A Aliança Liberal foi alvo da pena satírica de Brasil Gerson que, em artigo para o *Correio Paulistano* de 28/8/1929, afirmava:

Antigamente eram as figuras do governo que davam assumpto às scenas cômicas das revistas do Largo do Rocio.

Hoje o que provoca a gargalhada popular são justamente as attitudes dos homens da opposição.

Ninguém lança mão do nome do Sr. Júlio Prestes como pretexto para fazer rir a platêa.

A Alliança Liberal é que fornece assumpto aos autores das revistas (38).

Neste artigo o editorialista, referindo-se ao teatro popular que habilmente utiliza os acontecimentos políticos para suas representações, afirma que no teatro Carlos Gomes, onde se interpretava a peça "Onde está o gato", em vez de ser o governo alvo da malícia representada, era exatamente a oposição.

E datado de 30/8/1929, sob o título *O organ-democrático adhire aos "coquelos de uma só manhã"...* o articulista do *Correio Paulistano* satiriza vio-

lentamente a adesão dos democráticos à Aliança Liberal a
firmando

*Mas como o tempo passa veloz! Hoje o orgam
do partido democrático já não chama ao Sr. Antônio
Carlos de "delapidador dos cofres públicos de Mi-
nas". Chama-o sim de "eminente estadista"...E, não
contente de transformã-lo num interessantíssimo
truc de mágica, de "delapidador dos cofres públi-
cos de Minas", em "eminente estadista", arrosta a
"completa execração pública e cae por amor do "li-
beralismo", nos braços dos "cogumelos de uma sô ma-
nhã" (39).*

E com relação a anistia política, ban-
deira da Aliança Liberal, afirmava, em 31/8/1929, Má-
rio Guastini em artigo para o *Correio Paulistano*

*Chefe solerte do liberalismo é o
unctuoso sr. Antonio Carlos, o político firme e
coherente que estamos fartos de conhecer, que trans-
formou a anistia em bandeira de combate das hos-
tes reduzidas que ouvem a sua voz de comando (40).*

As manifestações de apoio a Júlio
Prestes e Vital Soares são numerosas na imprensa, assim co-
mo os artigos que fazem oposição e criticam a conduta dos
representantes políticos de Minas e Rio Grande do Sul. A
nalisa-se com habilidade a orientação dada por Antônio

Carlos à questão da sucessão presidencial, mostrando como resultado das ambições pessoais a sua luta pelo poder.

Do ponto de vista histórico, na perspectiva que a distância do momento nos permite, sem emoção, somos levados a crer que as circunstâncias favoreceram a atuação de Antônio Carlos e a seus conchavos políticos, mas como resultante de um processo de desgaste político da oligarquia, das condições críticas da economia nacional, das transformações sociais que estavam ocorrendo, das necessidades que precisavam ser satisfeitas, e para as quais a camada dominante que controlava o poder já não apresentava respostas satisfatórias. As rupturas acontecem num quadro amplo de dissidências a nível local, a nível estadual e a nível federal, que refletem na verdade as dificuldades e transformações ocorridas nesses trinta anos de experiência republicana.

O republicanismo e o federalismo buscavam novas definições políticas; a estrutura orgânica do País modificava-se e os limites impostos pelo controle oligárquico já não satisfaziam à nova realidade da sociedade brasileira.

Ao examinarmos a correspondência de Júlio Prestes constatamos que uma parte da mesma não era composta somente de cartas enviadas ao presidente do Estado de São Paulo, mas eram cartas acompanhadas de arti-

gos de jornal; os artigos reforçavam os assuntos das cartas, isto é, cartas acompanhadas de artigos de jornal referentes à campanha política em que Júlio Prestes estava envolvido. A maior parte delas manifesta apoio e solidariedade a Júlio Prestes e criticam a conduta da oposição, aconselham ao presidente, apresentam sugestões, ou fazem acusações, que deveriam ser investigadas pelo estadista. Estudamos separadamente estas cartas que são acompanhadas de artigos dos órgãos de imprensa da capital ou da cidade de origem das referidas cartas. Decidimos analisar primeiro esta correspondência para depois comentarmos a parte da correspondência integrada somente por cartas enviadas a Júlio Prestes.

A correspondência de Júlio Prestes é constituída de cartas das mais diversas distâncias do Estado de São Paulo e de cidades de outros Estados do Brasil: a maior parte são cartas de pessoas de origem simples, sem maiores pretensões políticas, que se consideram correligionárias muito mais pela simpatia que lhes desperta o candidato e a admiração que por ele nutrem, do que por interesses políticos.

São fiéis acompanhantes do trabalho do líder paulista que espontaneamente colocam-se à sua disposição e o defendem ardorosamente contra os ataques de oposição. Muitos são os representantes locais do Par-

tido Republicano. Funcionam como fiscais responsáveis pelo controle de suas áreas de atuação e informam ao candidato o que se passa: verificam as possibilidades eleitorais da região, fazem o controle do alistamento eleitoral, observam a ação do Partido Republicano no local e comunicam ao presidente de Estado.

Em carta datada de 6 de outubro de 1929, da cidade de Ourinhos, afirma o missivista:

Hontem fui a Cambarã (Paraná) onde o P.D. mantem um jornal dedicado ao Partido. Mande transcrever no "Cambarã" jornal do P.R.P. da cidade que lhe dá o nome, o artigo do Landulpho, em virtude de ter o "Democrático" da mesma cidade, trazido artigos que serão desmentidos com essa transcrição.

Mandei transcrever também na "Cidade de Ourinhos" o aludido artigo, tendo sahido hoje essa transcrição.

Esta carta é acompanhada do jornal *A Cidade de Ourinhos* com um artigo intitulado *Repellindo o Salsugem* no qual é feita séria crítica à conduta deselegante dos membros da Aliança Liberal (41).

De Guaratinguetã, data de 9 de outubro de 1929, escreve um missivista referindo-se à *tensão em que se encontra o espírito público concernente à attitu*

de dos alliancistas e do situacionismo. A carta é acompanhada de um artigo intitulado Comícios Democráticos que exalta a realização de um comício de propaganda liberal, no qual estavam presentes os elementos mais representativos da cidade. O missivista afirma, porém, que não havia três mil pessoas, no máximo quatrocentas ou quinhentas, mas alerta a Júlio Prestes pela ameaça que considera, principalmente por serem de grande representação social e valor eleitoral (42).

Em carta a Júlio Prestes, data de 23 de outubro de 1929, assinada por João A. Araújo este reclama de Lazary Guedes, secretário particular de Júlio Prestes, que dificultava o estabelecimento de contatos com o presidente e o alerta para o perigo das conspirações, afirmando

tome muito cuidado com as conspirações, dizem que aqui andam revolucionários no quartel da 2ª Região falla-se muito em revolução para novembro, e diz-se que rebentará em todos os Estados. O Coronel Palemisto e o Tenente Coronel Sampaio estão sempre em conferencia secreta. O Palemisto esteve no Rio em conferencia com o General Setembrino que é da Alliança Liberal. Em Santana tem uma república de officiais do 4BC. o deputado Marrey Junior tem estaao sempre a noite altas horas em [il.] estes officiais são todos pela

revolução não tem reserva em fallar. Não conte com a força do exército que são todos pela revolução aqui, no Rio e em Minas (43).

Esta carta reflete o clima político em que se viveu às vésperas do pleito; em outubro de 1929 a idéia de ação revolucionária existe concretamente. Júlio Prestes deveria cercar-se de defesas políticas para vencer a campanha presidencial; embora ungido por Washington Luís, sua vitória era incerta. O Partido Democrático estava alerta; o Partido Libertador alimentava a oposição e o fortalecimento dessas forças manifestava-se à medida que em diversas cidades seus partidários fortaleciam-se. De São Paulo escrevia a Júlio Prestes em 15 de outubro de 1929, sobre a situação em Rio Preto, um cidadão que afirmava

apareceram na semana passada, dois propagandistas da candidatura Júlio Prestes; os comícios que eles promoveram foram um desastre, sendo vaiados pelo auditorio, onde havia adversários de nossa grande causa. O P. Democrático aproveitou o ensejo e realizou com êxito várias reuniões públicas, falando pessoas de destaque (44).

missivista embuído de *afflicção* patriótica clamava a Júlio Prestes por auxílio para ação através dos jornais e preparação da opinião pública para os comícios que seriam realizados para propaganda de Jú-

lio Prestes.

Em carta de S. Paulo de 2 de setembro de 1929, escreve Felício Correa a Júlio Prestes, na condição de ardoroso correligionário informando sobre dois artigos por ele escritos nos jornais *O País* e *São Paulo Imparcial*, na defesa das candidaturas de Júlio Prestes e Vital Soares, nos quais afirma categoricamente que

a candidatura Julio Prestes está consagrada, pelo país quasi unanime, como aspiração de todos os cidadãos dignos desta Pátria, e ella sahirá triumphante das urnas a 1º de março próximo porque o povo brasileiro saberá cumprir o seu dever (45).

De Limeira, a 7 de outubro de 1929, escreve João Netto Caldeira, manifestando apoio e solidariedade; a carta é acompanhada da indicação de artigos de jornal publicados em Leme (4/9/29) favoráveis a Júlio Prestes e Vital Soares (46).

Júlio Prestes recebe da distante cidade de Pau d'Alho em Pernambuco, datada de 17 de agosto de 1929, carta do promotor público José Carlos Borges, declinando seu apoio à sucessão presidencial e sobre o assunto envia artigos publicados no jornal *O Itahyba*, de Pau d'Alho, respectivamente de 3, 10 e 17 de agosto de 1929, nos quais concede-se apoio ao Partido Republicano e a seus representantes (47).

Em interessante carta datada de 19 de setembro de 1929 Gervásio Bonavides solicita audiência ao presidente de Estado Júlio Prestes para *fallar sobre a política de minha terra. Quero transmitir a V. Excia. as minhas impressões sobre a Parayba do Norte e o contingente que ella pode offerecer para sua candidatura* (48).

Fica claro que as forças políticas coligadas em torno de Júlio Prestes são bastante heterogêneas e partem do País todo, mesmo naqueles Estados onde a Aliança Liberal encabeça a candidatura oposicionista local como no caso da Paraíba.

Arthur Ferreira da Costa Guimarães escreve a Júlio Prestes, de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, em carta datada de 24 de setembro de 1929, não só solidarizando-se pela candidatura mas informando que *na cidade há um jornal de larga circulação, em cuja direção se encontram dignos e esforçados adversários, francamente ao lado da Alliança*, não havendo possibilidade de colocar seus escritos, a não ser em órgãos de menor valor e circulação. Afirma que políticos notáveis têm trabalhado intensamente para o candidato adverso e que nestas condições aguarda elementos com que possa trabalhar, pelas legítimas aspirações nacionais (49).

De Cachoeira, a 3 de novembro de 1929, escreve a Júlio Prestes José Moreira Barbosa, comunican-

do a intensificação da campanha e da propaganda, não só em Cachoeira, como em Cruzeiro, Silveiras, Areias e São José dos Barreiros, e que tem escrito artigos no jornal *O Cachoeirense*; confidencialmente comunica ao amigo Júlio Prestes o seguinte:

Passou por esta cidade a alguns dias um automóvel (caminhão) com 8 oficiais (às duas horas da madrugada) oficiais esses mineiros. Percebi que no referido caminhão que tomou gasolina aqui, conduzia armamentos e bem assim caixas de dinamite.

Interpelei-os, disseram-me que seguiam para o Rio, porém tomaram a direção de São Paulo.

Desculpe V. Excia. mas acho que a Rodovia S. Paulo e Rio deverá ser fiscalizada da seguinte forma: todos os fiscais dia e noite, examinar a carga que carregam todos os veículos.

Cachoeira é um ponto estratégico e tendo aqui uma turma de secretas muito fácil será se descobrir alguma coisa. O que estiver em mim, pode dispor com franqueza.

Não tenho pretensões a nada, sou vosso amigo sincero e quero ve-lo no maior cargo nacional (50).

Podemos sensibilizar as articulações

que a oposição fazia para arregimentar homens, armas, munições para atuarem no momento preciso.

Ao analisarmos a correspondência de Júlio Prestes, encontramos cartas não dirigidas a ele diretamente, mas que lhe devem ter sido enviadas pelo próprio destinatário na medida que os assuntos nelas contidos dizem respeito à questão sucessória e seriam de interesse direto do presidente paulista (constam do seu arquivo pessoal). Há uma sequência de correspondência que data de maio a junho de 1929.

Em carta datada de 7 de maio de 1929 ao colega Hungria, Galdino Abranches afirma estar sondando as rodas políticas, principalmente as mineiras. Informa que

O A. Carlos está grandemente enfraquecido e muito tem concorrido para isso as comprovadas dissensões do P.R.M.. Deve se lembrar que no seu consultório eu lhe falei que iria provocar o A. Carlos a convidar o nosso eminente amigo Dr. Julio Prestes a visitar Minas. Por intermédio de um amigo consegui a estardalhante nota no O Globo de hontem, que aliás, está vendendo pois o "Jornal do Brasil" de hoje, fez considerações sobre a mesma. Vou publicá-las no "O Jornal" ou no "Jornal do Comércio", porém, irei mais adiante, dizendo que será retribuição de um convite. Estive na

Camara dos Deputados e a favor do A. Carlos sô notei o Plinio Casado, que aliás, espera do mesmo alguma attitude. O Raphael está enthiasmado e eu por minha ves tenho provado ao mesmo a decadência do A. Carlos e o magnífico prestígio que o Dr. Julio Prestes está desfrutando em S. Paulo. Cada vez mais me enthiasmo pela nossa causa e apenas espero ordens para lançar-me em Minas com vigor e desassombro. A. Galdino Abranches (51).

O mesmo cidadão Galdino Abranches escreve ao Soares Hungria em carta datada de 10 de maio de 1929 afirmando:

Escrevo-lhe do cartório do Dr. Henrique de Frontin. Agora elle manifestou a opinião do Senador Frontin favorável a uma candidatura única patrocínada pelo Catete e pelas classes conservadoras. o "Estado de Minas" continua a elogiar muito a ação do Antonio Carlos. Soube pelo Roberto Pimentel que o mesmo jornal vai passar para as mãos do Assis Chateaubriand.

Segundo acaba de me informar um cunhado do Gudesteu Pires, o A. Carlos deu delegação ao A. Bernardes para tratar do assunto da candidatura presidencial com o Dr. Washington Luis. Todo o elemento bernardista apoia o movimento pela candidatura do Dr. Julio Prestes (52).

Do mesmo missivista, dirigida a Soares Hungria, encontramos também, em carta datada de 28 de maio de 1929, as seguintes afirmações

Já escrevi ao Ribeiro que o A. Carlos deverá ir breve ao Rio, creio que partirá de Bello Horizonte no dia 3 de junho. Na volta, no dia 11, receberá uma grande manifestação aqui (Barbacena), manifestação do Comércio da Lavoura e Indústria em signal do profundo agradecimento pelos grandes melhoramentos que o Presidente de Minas tem introduzido na cidade e no município. Posso lhe assegurar que a manifestação não tem nenhum cunho político e portanto não visa o problema presidencial. A situação aqui tem mudado muito e já se pode dizer que o nosso eminente Dr. Julio Prestes será o futuro Presidente da República. Os mais extremados partidários do A. Carlos já não escondem mais que a balança pendeu fortemente para o Presidente paulista. A manifestação de Bello-Horizonte não teve absolutamente a importância que alguma imprensa emprestou a mesma. Aqui na terra do Presidente mineiro, pode-se perfeitamente auscultar o sentimento de todo o resto de Minas, pois é o centro onde se cultiva com mais carinho a política (53).

Estas três cartas que são datadas de maio de 1929, portanto quando a questão da sucessão presidencial era discutida nos bastidores, sem ter sido levantada com clareza, nos mostram as incertezas que havia, os prenúncios de luta política.

A emergência de Minas como Estado discordante do situacionismo é clara e com o passar dos meses de 1929 os problemas políticos afluem com maior gravidade, levando a situações concretas de dissensões partidárias, cristalizando as oposições. Constatamos a eferescência política e a evolução para condições políticas pré-revolucionárias.

Essas dissensões políticas expressam-se a nível local, entre elementos do próprio Partido Republicano Paulista nas diversas cidades do Estado, fora de S. Paulo e no Congresso Federal, etc.

De Santa Isabel, Estado de S. Paulo escrevia a Júlio Prestes, em 22 de março de 1929, Bernardino do Nascimento Gonçalves, presidente do Diretório Político do P.R.P. da cidade

[...] consegui, por motivo da fundação do partido municipal que fora, nessa ocasião, por mim feita, a extinção do partido democrático, então reinante, o qual contava com a maioria eleitoral, conforme fora verificado nas elei-

ções de fevereiro de 1927. Por questão toda particular e de somenos importância o Sr. Alexandre Preto vinha atualmente em attitude contrária à política local, dando motivos de aborrecimentos e criando sérias dificuldades aos demais membros do directório governista local, na sua maioria, e nossos leaes companheiros. Levando essa sua acção incorrecta e de completa desharmonia para o partido, ainda mais agora que os democráticos estão de lado e sem acção alguma nas ocasiões de eleição; agora que estávamos caminhando, eis que o companheiro desleal, o Sr. Alexandre Preto, por meio de intrigas perante o Deputado Dr. Deodato Wertheimer, inventara e conseguira sem ao menos ser ouvida a maioria dos membros do directório governista local, até hontem organizado, directório esse que vinha administrando a política desta cidade, o reconhecimento de um novo directório a contragosto do eleitorado, o qual tenho na sua maioria, e ferindo-me na minha dignidade de chefe político (54).

Ainda sobre as dissensões politico-partidárias encontramos carta de Cruzeiro, datada de 22 de agosto de 1929, de João Baptista Ferreira a Júlio Prestes, na qual afirma

Como V. Excia não ignora é aqui a sede da Administração da Estrada Ferro Rede Sul

Mineira, conta esta não pequeno número de empregados. Estes, em vista do apoio francamente manifestado pela referida administração à chapa da minoria, vêm se alistando antigos e novos eleitores nas fileiras que tem, neste instante, como chefe o diretor da alludida Estrada. E a ação deste não deixa de estar encontrando terreno favorável na facção minha adversária (facção constituída de funcionários da rede) cujos elementos, aliados embora ao P.R.P., mantem as mais estreitas ligações com os dessa Estrada, visando de tal forma, segundo é corrente, futuras compensações por ocasião do futuro pleito municipal. Por outro lado, e com o mesmo fim, ante o apoio esmagador do eleitorado independente, principalmente de Entre-Rios ao partido que obedece a minha direção, esses mesmos adversários locais, por intermédio das autoridades do distrito, vem oppondo dificuldades à qualificação eleitoral, ahi, certo como se acham de que esta virã augmentar o número de eleitores do meu partido(55).

Ao lado das cartas de partidários locais que relatam as condições políticas de cada localidade onde atuam, encontramos cartas de correligionários espontâneos de origem diversa, mas ansiosos por manifestarem seu apoio à causa que consideram de S.Paulo e do Brasil. De S.Paulo, datada de 22 de setembro de 1929, escreve An-

tônio Amaral Mello a Júlio Prestes:

Até há poucos dias, suppondo servir um ideal, eu era adepto fervoroso da Aliança Liberal, me tornara por essa causa um vanguardeiro, prestando o meu apoio e a minha actividade sempre almejando a victoria da causa que por convicção abraçara. A oportunidade de uma viagem ao Rio Grande do Sul, fez com que eu desse um balanço em minha consciência depois de ter visto e observado quão ingênuo tem sido os proceres do P. Democrático, ao hypothecarem solidariedade a uma causa que pleiteia uma vendicta contra S. Paulo. Pelo que vi e o que pude observar trata-se de uma campanha impatriótica que visa isolar o Estado de S. Paulo. A qui estou para cerrar fileiras ao lado nosso Presidente do Estado, que encarna neste momento trevo so para a segurança da Pátria, um estadista capaz de assegurar a integridade de S. Paulo e manter a hegemonia no concerto da Federação (56).

Dentre as cartas enviadas a Júlio Prestes, neste momento em que o País está envolvido na questão da sucessão presidencial, encontramos apelos à concessão de anistia e do voto secreto, como bandeiras necessárias para a não conflagração da Nação. Um correli-gionário que assina pelo nome Ataulpho Erêrê afirma ao

final de sua carta: *De um partidário Vosso e do Brasil unido e forte*, e defende sua posição na carta dizendo:

Sr. Presidente, ponderae bem no formidável e hediondo sentido deste simples vocábulo: guerra civil. E, se sois o luminoso espírito que penso, não hesitareis em adoptar o conselho desinteressado de partidário e patriota, de paulista da velha guarda e mais que tudo isso, estou certo, inspirado pela alma da raça. Voltemos ao assumpto, fórmula lógica, insophismável, capaz de vos entregar o Catete é: annistia geral, absoluta e voto secreto. Esposados estes dois princípios por V. Excia. ou mesmo só o primeiro, a victória é certa, líquida (57).

Da Associação Cristã dos Moços (S. Paulo), datada de 29 de setembro de 1929, encontramos uma carta de Colombo de Almeida, comentando as condições para eleição nos municípios do sul de Minas, na qual afirma que *o Antonio Carlos está jogando com pao de dois bicos, isso contra todos os princípios de lealdade (58).*

Júlio Prestes possuía contatos que permitiam que soubesse como se desenvolvia a atuação política de seus adversários. Mais uma vez deparamo-nos com informações prestadas a Júlio Prestes por correligionários que o colocavam a par do que se passava, o que acredita-

mos deveria permitir uma avaliação da situação. Em carta de Cruzeiro, datada de 30 de setembro de 1929, afirmava Hermógenes de Souza sobre a situação da Aliança Liberal na Rede Sul Mineira

Como já tenho comunicado a V.Excia., a despeito de eu ter no seio daquela estrada alguns amigos e correligionários sinceros, o elemento eleitoral da Rede tornou-se muito duvidoso, por pretender a administração respectiva, segundo é corrente, obrigar os seus empregados a suffragar a chapa do Governo de Minas no pleito de março vindouro (59).

A atuação dos grupos políticos locais se faz também através do apoio recebido por intermédio de famílias que possuem prestígio político e que mantem-se fiéis ao Partido Republicano ou por querelas políticas locais debandam para a oposição; os amigos de Júlio Prestes revelavam-lhe a necessidade de trabalhar junto a esses grupos a fim de obter maior número de eleitores, é assim que de Jacareí, Luthigardes Vianna manda dizer a Júlio Prestes

Anteontem tive o prazer de reservadamente entrar em conversação a respeito da política com o Sr. Antonio João Mercadante. Como sabeis a família Mercadante, nesta cidade, goza de

grande estima e afeição, ainda dando prova cabal nesta última eleição, que não tendo o apoio official perdeu o Sr. Mercadante, só por 117 votos. O Sr. Antonio Mercadante, como a sua corrente não é contra o partido situacionista, é por assim dizer contra a política local. Encontrei facilidade para um bom entendimento e que poder-se-á com a boa vontade de V. Excia. fazermos aqui uma união política, dos eleitores actuais do P.R.P., facção Mercadante, facção do Sr. João Ferraz e os meus companheiros, que então poderei afirmar a V. Excia., um número de votação de 1000 a 1200 votos contra o máximo de 200 do Partido Democrático. O Sr. Mercadante foi-me franco, que tem dado mão forte ao P.D., por almejar collocar o Dr. Bayma, mas que neste assumpto, poderá haver entendimento (60).

Nesta carta fica clara a disposição de negociação política plausível de ser discutida para obtenção de apoio ao P.R.P. e a Júlio Prestes; a luta pelo poder está claramente manifesta e a questão da sucessão presidencial leva aos conchavos políticos, particularmente, num momento difícil em que a opposição cerra fileiras para atingir seus objetivos. Os meios politicamente utilizados para a conquista do eleitorado são os mais diversos como nos mostra a carta de José Victorino de Sampaio Neto, de Rio Preto, 15 de outubro de 1929, informan

do a Júlio Prestes

Tenho uma typographia de impressão da qual vou tirando os meus interesses. Há dias fui chamado por uma comissão do partido da malfadada Aliança que me propuseram comprar minha typographia para a publicação de seu jornal especialmente contra a candidatura de V. Excia. para Presidente da República. Repellindo essa afrontosa proposta, declarei que sou soldado fiel do começo do Partido Republicano Paulista e que, apesar de ser pobre, não me venderia por posição alguma (61).

Em Guaratinguetá, a 9 de novembro de 1929, um correspondente que se diz velho amigo de Júlio Prestes e que deveria sê-lo pela intimidade com que se dirige ao presidente do Estado de S. Paulo, comenta as condições da política local onde a Aliança Liberal conseguiu o apoio de setores importantes da sociedade, devido aos ressentimentos políticos ali existentes contra o P.R.P.; setores de prestígio social e político afastaram-se de Washington Luís por motivos de antigas mágoas, como no caso de Alfredo Antunes, sobre o qual o missivista José Bernardino da Matta comenta:

O Sr. Alfredo Antunes, banqueiro, Provedor da Santa Casa, homem geralmente estimado, sempre militou no Partido orientado pelo Commendador Rodrigues Alves, de quem

era velho amigo. Ficou porém, profundamente res-sentido com o Sr. Dr. Washington Luís, quando V. Excia. resolveu dar a chefia política do municí-pio ao Dr. Rangel de Camargo. Agora, ao surgir a candidatura de Getulio, o referido Sr. Alfredo te-legraphou ao Sr. Antonio Carlos dando-lhe, pessoal-mente, o seu apoio e ao candidato gaúcho. Dizem, que veio, até aqui, um emissário do governo minei-ro, ficando organizado o Comite Alliancista com a adesão do Dr. Leonidas Machado, médico, casado em família abastada desta cidade, pertencente ao par-tido do Dr. Rangel de Camargo e Dr. Cassio Rezen-de, também médico de nomeada, mineiro e que mili-tava no partido dos Alves. Há outros partidários da "Alliança", de significação política de ambos os grupos existentes. Affirma-se, porém, que o Sr. Alfredo Antunes não rompeu com os seus amigos da tradicional política Rodrigues Alves, tendo toma-do essa attitude em relação a candidatura do meu nobre e dedicado colega e amigo, apenas como pro-testo ao gesto do Sr. Washington Luís, contrário ao fallecido Commendador Antonio Rodrigues Alves (62).

Em Minas Gerais, reduto político de An-tonio Carlos as barreiras que se estabeleceram a Júlio Pres-tes eram naturalmente maiores, mas em diversos locais de Minas o esforço de partidários de Júlio Prestes levou à

obtenção de parcelas do eleitorado. Sobre a situação política em S. Sebastião do Paraíso, no sul de Minas, afirma em carta a Júlio Prestes, datada de 20 de novembro de 1929, um médico em cuja carta a assinatura desgastou-se,

Communico a V. Excia., que apesar da resistênciã implacãvel dos chefes políticos locais, que appoiam de modo entusiãstico e incondicional a Alliança Liberal, continuamos a trabalharãrdua e efficientemente, mesmo com sacrificio de nosso interesse professional, em prol das candidaturas de V. Excia. e Dr. Vital Soares, a fim de que sejam grandemente sufragadas nas eleições de 1º de março próximo. Dentre meus companheiros de Directorio, sou um dos que conta com maiores elementos, sou mēdico eleito por unanimidade de votos da maior instituição local, que é a Liga Operãria composta de 653 associados e todos eleitores. Gozo no seio desta sociedade do melhor conceito e prestígio, alē m do mais, tanto eu como minha família somos filhos daqui de S. Sebastião, sendo minha família uma das maiores e de maior prestígio aqui (63).

A situação política à medida que o tempo passava tendia para a radicalização. Disputas mais sérias, entre aliancistas e partidários de Júlio Prestes,

Vital Soares e Washington Luís. Nas diversas regiões do País, como pudemos constatar pelas notícias reservadamente enviadas a Júlio Prestes por um dos seus partidários, Estevam Schorr Bertucci, que lhe escreve em 15 de fevereiro de 1930, de Campos, no Estado do Rio de Janeiro

Permitta V. Excia. que um membro do Centro Universitário Júlio Prestes, da Capital Federal, em excursão pelo Estado do Rio, venha trazer ao conhecimento de V. Excia. factos que não me parece devam ficar ignorados. Em chegando a Paraokena, surprehendeu-me a noticia que de toda parte me chegava de estar o Presidente Manoel Duarte francamente protegendo o elemento alliancista local.

Ouvi-o de pessoas de maior respeitabilidade, entre as quais um dos membros do próprio directório da localidade, Sr. João de Abreu Campanario. Depois de ter sempre a mesma noticia, onde quer que chegasse, chego finalmente à cidade de Campos, onde cresce a minha estupefação.

Verifico, por toda gente com que fallo, estar o governo fluminense empenhadíssimo em amparar o Dr. João Guimarães e a Alliança, para isso perseguindo os elementos prestistas do município. E é assim que enquanto um grupo de amigos de V. Excia. sob a direcção do Prefeito Dr.

Luiz Sobral, do Dr. Luiz Guaranã e do Dr. Renato Machado, vice-presidente da Camara, esforça-se pela victoria conservadora, os elementos propriamente governistas combatem ferozmente esse esforçado punhado de bravos companheiros ameaçando-o até nos seus haveres e nas suas vidas.

Sob o commando directo do chefe de Policia do Estado que passeia por toda parte ao lado do chefe alliancista, hospedando-se ostensivamente na casa do homem que mais e maiores insultos tem lançado na praça pública, em meetings consecutivos, contra V. Excia. e contra o Dr. Washington Luis, a turma de arruaceiros que defende a Alliança ataca as personalidades mais respeitáveis de Campos provocando uma situação de verdadeiro terror.

Asseguro a V. Excia. que me sinto indignado com o que vejo e por outro lado, tenho a certeza de que sem o amparo dos homens a que me referi, nem possível seria a quem quer fosse sufragar o nome de V. Excia.

Francamente Sr. Presidente, chega a parecer um crime permittir-se no risco que correm os amigos de V. Excia. de Campos, chegando a o correr a quem assiste ao que venho assistindo a lembrança de serem remetidos para Campos socorros

federaes, força armada ou agentes de polícia que impeçam tão grande perigo de chacina (64).

Sobre as condições políticas no Estado fluminense escrevem a Júlio Prestes os membros do Centro Conservador de Niterói.

O Estado do Rio mais do que qualquer outro Estado, precisa de uma propaganda intensa porque a propaganda aqui feita pelo Partido Democrático tem sido verdadeiramente extraordinária, no sentido de ludibriar o povo. O povo fluminense precisa de quem o oriente e de quem venha por meios inteligentes, legais, ordeiros e democráticos, o que até hoje não tem sido feito, mostrar-lhe o ludibrio em que está sendo envolvido e a acção nefasta dos derrotistas que vivem a pregar a desordem e a anarchia (65).

Mantinhm-se os correligionários de Júlio Prestes alertas para a acção desenvolvida pela opposição, reclamando empenho mais direto do situacionismo.

A par dessa correspondência que reflecte objetivamente as implicações do desenvolvimento da campanha aliancista, Júlio Prestes recebia grande quantidade de cartas de apoio e solidariedade, muitas com pedidos de emprego, outras informando sobre a qualificação e leitoral. Por estas cartas podemos constatar principal-

mente a atuação do interior de S. Paulo no apoio manifestado e também como se articulou a concessão de apoio em outros Estados. Vamos tomar para análise uma amostra des sas cartas.

Provenientes da cidade de Santos, encontramos, datadas de julho de 1929 a janeiro de 1930, di versas cartas particulares ou de associações que afirmavam seu apoio a Júlio Prestes e Vital Soares. A maior par te dessas cartas limitam-se a conceder o apoio pela candidatura, algumas aconselham e outras referem-se a qua lificação eleitoral.

Escreve de Santos, a 29 de julho de 1929, Isaac do Vale, afirmando que se Júlio Prestes apre sentasse um *programa favorável a anistia e ao voto secre* to, *esse programa viria desorientar os adversários de V. Excia. e trazer muita satisfação a todos os brasileiros* (66).

A preocupação com as reivindicações propostas pela Aliança Liberal estão evidentes entre aqueles que apoiam Júlio Prestes, e que o aconselham a que assuma como sua esta bandeira de luta; da redação da *Fo* lha de Santos é enviada carta a Júlio Prestes, datada de 10 de agosto de 1929, assinada por Isaltino de Mello, dizendo de sua solidariedade *quando estão em cheque S. Pau* lo e um dos seus mais ilustres e dignos filhos (67).

Ainda de Santos o *comitê regional re-*

fere-se à intensificação da qualificação eleitoral (68); a Associação Comercial manifesta em agosto de 1929 apoio e solidariedade no problema da sucessão presidencial (69), assim como os comissários do café estabelecidos em Santos (70).

Do interior do Estado de S. Paulo, as mensagens enviadas a Júlio Prestes se originam dos órgãos políticos locais, dos órgãos administrativos, como as Câmaras municipais, das Escolas estaduais, de órgãos de imprensa, da direção das Estradas de Ferro, e de grande número de pessoas que não pertencem a nenhum organismo político e burocrático, mas são pessoas do povo que escrevem ao presidente do Estado, temerosas quanto à receptividade de suas mensagens, mas sobretudo ansiosas por demonstrarem apoio à missão para qual Júlio Prestes fora escolhido na Convenção Nacional. É perceptível nessas cartas, que fazem parte do arquivo pessoal de Júlio Prestes, o apego dessas pessoas a esse paulista, político e estadista que admiram e desejam ver no posto mais alto da Nação.

Fica claro que estas pessoas não percebem a gravidade da trama política em que está envolvido o personagem que tanto admiram. A não ser a correspondência de amigos próximos, politicamente atuantes, que argumentam e aconselham sobre a dificuldade do pleito, a maior parte das cartas expressam a certeza da vitória, senão

do Partido, do homem e político cuja escolha é vista como necessária ao País naquele momento.

Do interior do Estado de S. Paulo, Júlio Prestes recebeu cartas de apoio e solidariedade de Cabreúva, Catanduva, Cafelândia, Campinas, Ourinhos, Palmital, São Pedro, Caçapava, Bauru, Bebedouro, Itapetininga, Capão Bonito, Piratininga, São Manuel, Cotia, Conchas, Cedral, Pedregulho, Cajuru, Jabuticabal, São João da Boa Vista, Redenção, Piedade, São Roque, Ribeira, Santa Cruz do Rio Pardo, Piracicaba, Guararema, Rio Preto, Lins, Taubaté, Santa Isabel, Araraquara, Moji-Mirim, Rio Claro, Orlandia, Franca, Taubaté, São Sebastião, Guaratinguetá, Taubaté, Jacareí, São Carlos, Serra Negra, Pederneiras, Mococa, Araras, Barra Bonita, Cruzeiro, Barretos, Sorocaba, Igarapava, Moji das Cruzes, São José dos Campos, Limeira, Queluz, Porto Feliz, Botucatu, Cascavel, Santa Cruz de Paraitinga, Araçatuba, Itápolis, Itatiba, Cerqueira César, São João da Barra, Iguape, Presidente Prudente, etc.

Há também grande parte de correspondência proveniente de outros Estados do Brasil, tais como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Alagoas, Paraíba, Amazonas, Goiás, Bahia, Pernambuco, Espírito Santo, etc. Essas cartas são de diferentes regiões, quer sejam de cidades maiores ou de pequenos municípios; há cartas de Juazeiro, Feira de Santana, Salvador, Campos, Miguel Calmon, Niterói, Bagé, Jacuí, Candelária, San

ta Tereza, Santa Rita da Ibitipoca, Sertãozinho, Pouso Alegre, São João Del Rei, Jaguari, Araxá, Sabará, Pomba, Quebrângulo, São Miguel dos Campos, Uberaba, S. Antonio de Jesus, Belém, Ipameri, Belo Horizonte, Jequiriça, Ipaucu, Rio das Pedras, Jequiriçã, Manaus, Santa Rosa, Nova Iguaçu, São José do Calçado, etc.

Na impossibilidade de transpormos neste trabalho o conteúdo de todas essas cartas recebidas por Júlio Prestes, selecionamos algumas que nos pareceram interessantes e que mostram os segmentos de apoio recebido pelo presidente paulista. Desde colegas de escola, colegas dos bancos universitários a pessoas ilustres da sociedade, e associações representativas de setores sociais significativos, manifestaram apoio a Júlio Prestes. Diretórios políticos estaduais e municipais de todo o País, entidades de classe, de operários, ferroviários, estudantes, funcionários públicos, intelectuais, etc.

De Nova Iguaçu escreve a Júlio Prestes—Orlando Barbosa, em 22 de julho de 1929, prestando solidariedade *ao velho amigo companheiro de bancos colegiais* (71). Os acadêmicos de Direito escrevem a 6 de agosto de 1929 hipotecando *apoio e solidariedade a campanha presidencial* (72).

Datada de 18 de dezembro de 1929, Júlio Prestes recebe moção de apoio do Banco do Estado de S. Paulo (73); de Belo Horizonte, da Delegacia Fiscal do

Tesouro Nacional em Minas Gerais recebe manifestação de solidariedade para eleição de 1º de março (74); carta de 26 de outubro de 1929 do Bloco Ferroviário Júlio Prestes de Entre-Rios, Estado do Rio de Janeiro, comunicando a instalação deste Bloco *para fazer propaganda da candidatura* (75); do Centro Ferroviário de Campinas, em 10 de outubro de 1929, assegurando apoio e solidariedade (76); a Associação Comercial de Santos, em 21 de agosto de 1929, hipotecando apoio e solidariedade candidatura presidência da República (77); a Associação Mútua dos Carteiros de São Paulo, em 1º de agosto de 1929, pela candidatura presidência da República (78); os guarda-fios diaristas da repartição geral dos telégrafos apresentam em 21 de outubro de 1929 *inteiro apoio e solidariedade a candidatura campanha presidencial* (Bahia) (79); a Sociedade Clube Arte e Comércio de Campos, Estado do Rio de Janeiro, participando apoio e solidariedade do Clube a candidatura Júlio Prestes (80); em 20 de agosto de 1929 a Liga dos Comerciantes em Louças e Ferragens de S. Paulo *deliberou por unanimidade apoiar incondicionalmente a candidatura Julio Prestes* (81); a Associação Comercial de Araçatuba, em 5 de setembro de 1929, afirma que *os representantes das classes produtoras do município, classes conservadoras conscientes de suas responsabilidades na vida econômica do país, não podem, não devem silenciar o anseio pela continuidade das normas administrativas lança-*

das pelo Presidente Washington Luís (82); os oficiais de justiça da capital da República em 21 de outubro de 1929 escrevem concedendo apoio político ao candidato à presidência da República (83); de Uberaba em 27 de agosto de 1929 escreve Orlando Ferreira afirmando *nós do Triângulo Mineiro odiamos o resto de Minas*[...](84); do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1929, *A Cruzada Cívica Pró-Julio Prestes manifesta apoio e solidariedade com a representação das Associações de classe que formam a Frente Única Operária do Rio de Janeiro* (85); do Rio de Janeiro em 18 de setembro de 1929 escreve Mario Vieira Paes, condutor de trem, concedendo apoio e solidariedade (86); em 13 de agosto de 1929, Nestor Vergueiro de Macedo afirma *inteira solidariedade, pelas urnas e pelas armas se preciso for. Minas Gerais são tem vida ao lado do governo federal, amparada pelo progresso de São Paulo* (87); em carta datada de 25 de julho de 1929, Crescencio Chaves coloca-se *do lado da candidatura Julio Prestes, apesar de rio grandense, mas paulista de coração, hoje não estou valendo quase nada, mais se preciso for, sou ainda bastante homem no coice de uma cavalaria para enfrentar os espantelhos de Maurício de Lacerda e mesmo Flores da Cunha em defesa de Vossa candidatura* (88); Salvador A. Brisolla afirma em carta de 20 de agosto de 1929 que *a fim de combater a audácia impatriótica do Caim mineiro poderá V. Exa. contar em toda e qualquer emergência com o meu fran-*

co apoio (89).

Podemos observar que a maior parte desas cartas foram escritas a Julio Prestes entre julho de 1929 e janeiro de 1930; todas revelam certa espontaneidade no apoio à causa que consideram a mais adequada para solução do problema político sucessório; expressam fé no continuismo do governo Washington Luís, pelas mãos também seguras de Júlio Prestes; manifestam receio da ação aliancista, temem a desordem, a conturbação política e social, optam pelo conservadorismo, receiam mudanças radicais.

As cartas de apoio e solidariedade sonam-se na correspondência pessoal de Júlio Prestes aquelas que referem-se ao alistamento eleitoral e a pedidos de emprego, de acordo com o critério definido para o estudo que realizamos.

As cartas de alistamento eleitoral são respostas a solicitações para alistamento já feitas por Júlio Prestes ou são cartas comunicando a arregimentação de eleitores nos mais diversos municípios; como as cartas de apoio e solidariedade a procedência das mesmas é muito diversificada, mas a maior parte é do Estado de S. Paulo. Naturalmente com os dados obtidos pelas informações prestadas nessas cartas, o candidato podia fazer uma avaliação do número de seus prováveis eleitores; muitas cartas acusam dificuldades para efetuar o alistamento e-

leitoral, expressam a necessidade de elevar o número de eleitores diante do perigo representado pela oposição. Há todo um processo burocrático para a realização do alistamento eleitoral, o que naturalmente consiste em elemento negativo que afasta eleitores, impossibilitando uma arregimentação maior; vejamos, em carta datada de 5 de novembro de 1929, de Xiririca, Joaquim Brasileiro Ferreira re refere-se a *impecilhos que são colocados para o alistamen*to (90); da cidade de Santa Quitéria, Minas Gerais, em 14 de janeiro de 1930, Pedro de Assis Ferreira dá conta dos serviços prestados para alistamento eleitoral e re refere-se a *suborno para mudança de orientação política* (91); de Araraquara, em 4 de novembro de 1929, Plínio de Carvalho informa o *despacho de 1300 requerimentos eleitorais que não foram despachados com medo do Diretório Democrático ultimamente aqui organizado* (92); de Taubaté, em 3 de sentembro de 1929, afirma Gomes Nogueira *face a política lo*cal *as dificuldades encontradas para o alistamento* (93); do Rio de Janeiro em 29 de novembro de 1929 informa Mariano Rosa que prossegue na arregimentação eleitoral e que os nossos adversários nada tem conseguido, como se verificará no pleito de 1º de março. Somos uma força política cuja coesão independe das insídias dos adversários, impenetrável[...] (94); em carta de Barretos de 19 de setembro de 1929, Nicácio Barcellos, redator do jornal O Popular, órgão do P.R.P. de Barretos, faz queixa violenta con-

tra o juiz da Câmara que *dificulta o alistamento (cabo e leitoral democrático)*, faz *interrogatórios intermináveis, examina o Português, dificulta perrepistas...* (95); de Cruzeiro em 4 de fevereiro de 1930 escreve Dorivaldo Rosa referindo-se a dificuldades encontradas para a organização das mesas eleitorais face a oposição (96); de Santa Rita dos Coqueiros, São Paulo, em 9 de fevereiro de 1930 o diretório do Partido Republicano pede reforço de destacamento para garantir a liberdade no pleito, *face às ameaças e perseguições da autoridade policial local, visto acharmos situados nas fronteiras do Estado de Minas* (97).

Pudemos observar que as cartas que contêm informações sobre alistamento eleitoral também concentram-se no período de julho de 1929 a fevereiro de 1930 como as de apoio e solidariedade e como aquelas grande parte é do interior do Estado de São Paulo — Piracicaba, S. Luís do Paraitinga, S. Pedro, Ourinhos, Palmital, Tatuí, Presidente Prudente, Caconde, Santa Isabel, São Roque, Taubaté, Araras, Serra Negra, Caçapava, Itu, Cafelândia, Cruzeiro, Conchas, etc, embora haja cartas de outros Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, mas são em menor proporção. Parte dessas cartas são respostas a solicitações do próprio Júlio Prestes, o que deixa claro a preocupação com a arregimentação eleitoral pelo postulante de S. Paulo; a quantificação de eleitores era muito significativa para o re

sultado vitorioso no pleito.

Acompanhando a correspondência de Júlio Prestes, temos as cartas que referem-se a pedidos de emprego. Estas também provêm de diversas regiões do Brasil, embora haja parcela substancial do interior de São Paulo e o seu maior número foi também escrito entre julho de 1929 e março de 1930, exatamente no período de intensificação da campanha eleitoral. As solicitações são muito variadas porque dizem respeito naturalmente ao interesse de cada solicitante. Algumas revelam implicações políticas. De Belo Horizonte em 4 de agosto de 1929, escreve Carlos A. Ferreira Neto,

guarda-livros da Secretaria da Agricultura, ali collocado pelo meu chefe e amigo Dr. Augusto Vianna do Castello em 1926, acabo de ser posto na rua, por um golpe de força, de prepotencia e arbitrariedade, sem motivo justificado e tão somente castigado pelo feio crime de apoiar e defender a conduta leal e nobre do meu illustre chefe, no tocante ao problema da sucessão.

Solidario em toda linha com os pontos de vista do meu chefe, entusiasmado pela candidatura de V. Excia., não poderei por isso mesmo ser tolerado pelos collegas subservientes, apegados ao pseudo liberalismo de quem jamais o pos-

suiu. Irão até a lucta armada; iremos também.

Com 9 filhos para sustentar e perseguido pelo governo liberal do neto da estatua et caterva, a ponto de me ser difficultado trabalho nos escriptorios commerciaes (todos atacados do maldito virus do liberalismo de francaria) venho à cata da protecção de V.Ex. no sentido de me ser obtido, por intermedio do poder central, do Rio de Janeiro, um logar de emergencia [...] (98).

Da cidade de Remanso, Estado da Bahia, a 22 de agosto de 1929, escreve Antônio Tertuliano Ferreira

Estã no conhecimento de todo bom brasileiro, de toda consciencia limpa de fel, de todo espirito isento de paixão, que neste momento de graves apprehensões para a vida nacional é V. Ex^a o homem sobre cujos hombros pesa a maior responsabilidade, relativamente do futuro presidencial. E tenho a certeza de que se a vossa causa for coroada de feliz resultado, serão extintas as olygarchias que ora se estendem por nosso paiz, germens introduzidos pela ambição do poder [...] é um velho serventuario da Justiça, um Tabellião de notas que vive nestas regiões inhospitas, sem um auxilio, sem um abrigo, por não ter tido até hoje a summa imperturbabilidade de transigir com o seu

*dever nas funções do seu cargo. E é este velho ser-
vidor do Estado que traça estas linhas pedindo-
vos, com a devida venia, o vosso amparo, o vosso
valioso auxilio, pedindo-vos um meio para o arri-
mo de sua família, um ramo de serviço do qual pos-
sa tirar a sua subsistência (99).*

De Entre Rios a 23 de setembro de 1929
escreve Francisco Gualberto Alves Pereira pedindo empre-
go e lembrando a Júlio Prestes que

*para as eleições em
Minas necessita V.Excia. serviços de pessoas fieis
e solidarias incondicionaes na Estrada de Ferro
Oeste de Minas, onde os actuaes Itinerantes são
perigosos adversarios do vosso nome impolluto e
sendo os mesmos servis ao Doutor Antonio Carlos e
como propagandistas que são contra sua candidatu-
ra, fазem pressão nos seus subordinados. Peço a V.
Excia. o lugar de Itinerante n'aquella estrada a
fim de espionar todas as manobras das quaes secre-
tamente darei sciencia (100).*

O prefeito de Taubaté escreve a Júlio
Prestes em 18 de setembro de 1929 pedindo colocação para
seu genro, aproveita para informar que está em plena ati-
vidade para o pleito presidencial, não só em Taubaté co-
mo em Redenção, onde o eleitorado democrático está procu-
rando incentivar a opposição (101).

Pela análise da correspondência de Júlio Prestes constatamos que as manifestações de apoio e solidariedade, os pedidos de emprego, assim como a maior quantificação do alistamento eleitoral são componentes que integram normalmente o período de campanha eleitoral de todos os políticos que postulam cargos; o apoio, as alianças, os conchavos são também componentes da carreira política no Brasil; tanto os que estão controlando o poder quanto os que lhes fazem oposição, sempre procuraram manipular o eleitorado. O que ressalta no caso de Júlio Prestes e que fica claro em sua correspondência, é que o respaldo de apoio obtido contém fundamentalmente dois elementos: sua indicação fora efetuada por Washington Luís cujo governo captara confiança de grande parcela da população e segundo, embora apoiado pelo Partido Republicano Paulista, Júlio Prestes, independentemente do Partido, é o homem desejado. Chegamos a crer que, se Júlio Prestes bandeasse para a oposição, o seu eleitorado permaneceria com ele. Aqui, uma interrogação: como foi tão rapidamente golpeado? Apagou-se em meses seu carisma? Não. As forças emergentes de oposição que lideraram a Revolução de 1930 são resultantes de fatores complexos que foram acumulando-se no decorrer dos anos e que encontraram formas de aglutinação, eclodindo em outubro de 1930; a revolução não era contra Júlio Prestes, mas contra um sistema desgastado, que não soube rever as condições políticas

do País, não soube estabelecer concessões, não amenizou as dificuldades econômicas; havia uma crise, crise não só de poder, mas de forma: a República proclamada em 1889 estruturara-se sob o controle oligárquico e os que estavam no poder não enxergaram, não tiveram a visão das transformações sofridas pelos diversos países após a 1ª Guerra Mundial, sentiram suas consequências, mas não absorveram as lições. O País caminhou, surgiram movimentos revolucionários indicadores das necessidades de revisão, mas o status quo foi mantido. Era mais conveniente aos "donos do poder". É por isso que nos parece que Júlio Prestes foi mais vítima de todas essas circunstâncias, do que propriamente culpado; foi mais ator do que personagem e pagou caro a sua falta de acuidade política...

III

AS ELEIÇÕES E JÚLIO PRESTES

A campanha para a escolha do Presidente da República que sucederia Washington Luís encaminhava-se para sua fase final; ocorrera maior violência na medida em que os conflitos de paixões eram mais intensos; naturalmente a exaltação era tanto maior quanto mais vivo fosse o sentimento em causa. Segundo Barbosa Lima Sobrinho em sua primorosa obra *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, no Rio Grande do Sul a paixão regionalista, despertada pela campanha, tornava praticamente impossível a propaganda do candidato adverso ao presidente daquele Estado. Ao contrário, em São Paulo, que não acompanhou os acontecimentos com preocupações regionalistas, a liberdade foi ampla para os comícios políticos e para a ação da imprensa partidária (102).

Em fevereiro, último mês da campanha, os dois lados cometeram violências. No norte de Minas cinco colaboradores do governo foram mortos e o próprio vice-presidente Melo Viana, candidato ao governo de Minas, foi ferido.

Os candidatos da Aliança Liberal desenvolveram com liberdade ampla de discussão e propaganda, sua campanha. O ponto alto de sua campanha fora o comício realizado no Rio de Janeiro, no dia 2 de janeiro de 1930, na Esplanada do Castelo, quando Getúlio Vargas leu o programa da Aliança para grande multidão. A Aliança Liberal pregava anistia para todos os revolucionários de

1922 a 1926, oferecia garantias às liberdades individuais, à autonomia dos Estados. Propunha nova lei eleitoral, reorganização da Justiça e da Educação. Sugeria a aprovação de ousadas leis sociais, assegurando proventos para os velhos e para os inválidos, férias anuais para os trabalhadores, garantia mínima de alimentação e a sua participação em atividades desportivas e culturais. A Aliança prometia o desenvolvimento econômico do País e dedicava séria atenção às regiões afligidas do Amazonas e do Nordeste árido; dispunha-se a conceder "proteção" federal ao café e à pecuária.

Do Rio de Janeiro, Vargas foi para São Paulo, ainda em janeiro de 1930, onde foi recebido por multidões. Quando retornou a Porto Alegre governou o Rio Grande do Sul por mais algumas semanas, depois licenciou-se para não continuar no cargo durante a realização das eleições.

Júlio Prestes também obedecera à praxe de leitura de sua Plataforma de Governo; o fizera a 17 de dezembro de 1929, no Automóvel Clube do Brasil; apresentara o programa a ser desenvolvido na presidência da República. Constava de uma longa peça que cobria quase duas páginas do Correio Paulistano (103).

No início de sua fala, declara que *e* *ducado na escola da democracia e certo de que o homem pū*

blico vive da confiança dos seus concidadãos e tem obrigação de mantê-la inabalável, com o mesmo ardor com que defende a sua honra, nunca prometi qualquer coisa que não pudesse cumprir, porque ainda considero a sanção moral a mais premente e a mais forte de todas as sanções.

Fora indicado como *continuador da obra política e administrativa do Senhor Presidente Washington Luís*. Estava, portanto, investido de um mandato expresso para o fim especial de continuar o governo que a Nação reclama, e dessa própria investidura, nascia, naturalmente, o meu programa, já a priori, sancionado pelo voto consciente e espontâneo da maioria dos Estados Unidos do Brasil (104).

Júlio Prestes preconiza: medidas de caráter financeiro, a reestruturação do sistema bancário, a preservação do solo, a diversificação das culturas, o aperfeiçoamento das atividades pecuárias e exploração de minérios, a defesa do café *sem os exageros de uma política valorizadora e sem os riscos das intervenções oficiais, que, quase sempre, são desastrosas* (105), a nacionalização de certas indústrias, a reforma do sistema tributário, a melhoria do sistema de transportes e a circulação de riquezas. Revela preocupações regionais, com o Nordeste, destacando que além do problema viário, cabia prover a *acudagem, a irrigação, a construção de silos* (106) fa-

vorecendo a indústria pastoril e as lavouras da região. Em relação ao Centro e ao Sul afirma que *da Bahia para o sul, incluindo os Estados Centrais, avultam o problema siderúrgico, a mineração, a pecuária, a pesca, o café, o mate, os cereais, a fruticultura e as forragens, problemas esses que exigem a ação e o auxílio do Governo, para serem praticamente solucionados* (107). Revela ainda em sua Plataforma preocupação com a imigração, o uso da energia elétrica; a problemática da educação, justiça; promete empenho no que se refere ao operariado, ao funcionalismo, ao aperfeiçoamento e equipamento das classes armadas *na conformidade de suas funções constitucionais, viam manter-se afastadas das lides políticas e executar sua missão de defender a Nação contra as agressões externas e assegurar o respeito e acatamento às leis e à Constituição, no âmbito interno* (108). Preocupa-se, também, com o relacionamento com a Igreja Católica, afirma que *por tradição de família, por educação e por índole, sou católico, pertença, em matéria de crença, à religião da maioria dos brasileiros* (109) e *que a ordem será mantida e que, dentro da lei, se processará o pleito presidencial* (110).

Júlio Prestes também decide, como Getúlio Vargas, afastar-se do cargo, antes da realização das eleições e a 20 de fevereiro de 1930 entra em exercício o vice-presidente Heitor Penteado.

O pleito se trava em todo o País a 19 de março; realizando-se com ordem e fiscalização. Houve queixas de ambas as facções quanto aos resultados. Nesta ocasião, foram escolhidos também um terço do Senado e os deputados ao Congresso Nacional. Júlio Prestes

conseguiu em S. Paulo o maior contingente de votos obtidos num Estado - 332 mil sufrágios; em Minas alcançara 50 mil votos; na Paraíba, uma terça-parte do eleitorado. Os Estados do norte, da Bahia ao Amazonas, proporcionavam-lhe contingentes ponderáveis e algumas vezes imprevistos, como o do Ceará. É verdade que no Rio Grande do Sul obtivera apenas 982 votos, contra 298 mil dados ao Sr. Getúlio Vargas. Ainda assim, segundo os algarismos oficiais, o Sr. Prestes chegava a mais de 1100 mil votos, com uma diferença para o seu competidor de mais de 430 mil votos. Segundo o Sr. João Neves, a diferença seria de cerca de 270 mil votos, em favor do Sr. Júlio Prestes. Vitória nítida, consequente, e insofismável(111).

Washington Luís acompanhava pelo telégrafo os resultados favoráveis a Júlio Prestes. A contagem em todo o País colocou Júlio Prestes bem à frente, e o ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira, instruiu os diplomatas brasileiros a proclamar no exterior sua vitória. No entanto, os líderes da Aliança pro-

testavam, com acusações de fraude. O líder Borges de Medeiros concedeu, no dia 19 de março, entrevista publicada em *A Noite*. Afirmara Borges de Medeiros: *De conformidade com os últimos dados, temos o Sr. Júlio Prestes com mais de um milhão de votos e o Sr. Getúlio Vargas com pouco menos de setecentos mil. Devemos, pois, reconhecer com franqueza e lealdade que o Sr. Júlio Prestes está eleito. Pode haver e há muitos votos a subtrair desses totais, provenientes de fraudes que as juntas vão apurar. Serão reduções proporcionais porque fraudes houve de norte a sul, inclusive aqui mesmo* (112). A revolução, afirmava, seria um crime monstruoso (113).

A oposição reagiu com irritação à manifestação do líder gaúcho; a maior parte dos membros mais jovens da Aliança Liberal não gostou. Assis Brasil dizia que o *Partido Libertador* iria, com seus aliados, às últimas conseqüências dos antecedentes estabelecidos (114) e João Neves, Flores da Cunha, Lindolfo Collor, Osvaldo Aranha Afonso Pena Júnior e outros mostravam-se revoltados com a situação. A primeira medida concreta vai ser a de continuar a conspiração. A partir de 20 de março a ala mais radical inicia sondagens. O inconformismo da oposição com os resultados obtidos leva a estimular articulação revolucionária.

A reação das lideranças aliancistas

não impede, no entanto, o processamento da apuração, a diplomação e o reconhecimento dos vitoriosos.

Na correspondência de Júlio Prestes de deparamo-nos com cartas escritas logo após a realização do pleito. Datada de 11 de março de 1930 encontramos uma carta dirigida ao presidente eleito, cuja assinatura está ilegível, mas que deve tratar-se de pessoa íntima de Júlio Prestes. Afirma

renovo-lhe as felicitações que já lhe enviei pela estupenda vitória a 1º de março. No Estado do Rio, tudo correu de acordo com as nossas previsões. Foi um pleito limpo e dignificador, perturbado apenas, e ligeiramente, nos seus resultados, pelos factos que acredito já do seu conhecimento [...] Saímos todos engrandecidos desse memorável embate político [...] Peço licença para remetter-lhe o artigo que o Estado publicou hoje e que é de minha autoria (115).

O artigo a que se refere a citada carta tinha por título *Uma palavra de serenidade e de bom senso* e afirmava:

Já se podem considerar definitivos os resultados do pleito de 1º de março, no Estado do Rio de Janeiro. O sr. Julio Prestes obteve setenta mil votos contra cerca de dezoito mil para o sr. Getúlio Vargas .

Em todo o paiz, a votação do sr. Julio Prestes já excedeu de um milhão de votos e a do seu antagonista não attingiu oitocentos mil.

Isso quer dizer que nenhuma duvida pode mais subsistir. A Nação, por uma formidavel maioria, e no pleito mais livre e mais concorrido que já se realizou no Brasil, decidiu dos seus destinos [...] Si é possível que nos Estados onde o sr. Julio Prestes obteve maioria hajam occorrido fraudes, um ponto é pacífico: onde a fraude e a violencia campearam, desabaladamente, foi no Rio Grande do Sul. Nesse Estado, com effeito, o sr. Getúlio Vargas obteve trezentos mil votos e o sr. Julio Prestes mil. Ora, ninguém acredita que em eleições limpas, se pudesse chegar a semelhante resultado. Trata-se sem dūvida alguma, de um oceano de actas falsas, que se pretendia derramar sobre o Brasil, como um caudal irresistível, que tudo submergeria. Apenas faltou o concurso da torrente que deveria descer das montanhas mineiras. Minas, segundo as recriminações actuaes do sr. Getúlio Vargas, não lhe deu os quinhentos mil votos promettidos. Dahi o fracasso a cuja evidencia já se rende a propria imprensa alliancista, que volta a bater a tecla da desordem e da revolução, desesperançada de encontrar no suborno e na fraude o exito das

suas delirantes e impatrióticas ambições (116).

O articulista prossegue tecendo considerações sobre a serenidade e bom senso face a nova realidade do País após os resultados do pleito de 1º de março. A preocupação com uma possível articulação revolucionária é evidente.

Da correspondência de Júlio Prestes constam numerosas cartas, das mais diferentes e distantes regiões do Brasil, cumprimentando-o pela realização do pleito e pela vitória. Muitos correligionários relatam as dificuldades encontradas em seus municípios devido a atuação dos aliancistas. Referem-se a *complicações da campanha política* e procuram justificar o número de votos obtidos. A maioria das cartas datam de março e de abril de 1930. Assim escreve o delegado regional de Moji-Mirim, em 17 de março de 1930, solicitando nomeação para outra delegacia regional e referindo-se à *complicação da campanha política devido aos problemas com os membros da oposição* (117); de Belo Horizonte escreve em 11 de março de 1930, Victor Pirolli parabenizando pela vitória e pedindo para ser enviado aos E.U.A. (118); de Cruzeiro escreve em 9 de março de 1930 Dorival Rosa informando sobre o pleito, *um fracasso as eleições neste município, graças a Diretoria da Rede* (119); o Diretório Político de Serra Negra manifesta *felicitações pela vitória alcançada na eleição de 1º de março* (120).

Após as eleições, a 17 de março o presidente eleito reassume a chefia do governo do Estado permanecendo até 21 de maio, quando afasta-se novamente para empreender viagem ao exterior. Segue Júlio Prestes e família, para os E.U.A. e depois para Europa. Chega a Nova York a 11 de junho; recebido por representante do presidente Hoover, foi acolhido também pelo prefeito da cidade. Em seguida parte para Washington onde avista-se com Hoover, presidente norte-americano. A 20 de junho encerrada a viagem oficial aos E.U.A., parte para Europa, em caráter particular; vai a Paris, a Londres e a 18 de julho regressa ao Brasil. Chega logo depois do assassinato de João Pessoa, o presidente da Paraíba que fora candidato à vice-presidência na chapa da Aliança Liberal. O clima político condensava-se velozmente... as emoções mesclavam-se reacendendo com vigor a chama revolucionária...

Segundo Boris Fausto,

A articulação revolucionária ganha forças entre marchas e contramarchas, após a derrota eleitoral da Aliança em março de 1930, nasce do esforço dos quadros jovens, tanto civis como militares. Sob este aspecto, o corte de gerações tem algum significado, no entendimento do episódio.

Os velhos oligarcas aceitam a tradicional recomposição, como se verifica pela fa-

mosa entrevista de Borges de Medeiros ao jornal A Noite, logo após as eleições. São os "tenentes" e homens como Virgílio de Melo Franco, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura que dão impulso ao movimento revolucionário, conseguindo arrastar as figuras tradicionais.

A frente que derruba do poder Washington Luís compõe-se com a classe dominante de uma região cada vez menos vinculada aos interesses cafeeiros (Minas Gerais) e de áreas deles inteiramente desvinculados (Rio Grande do Sul, Paraíba), contando com a adesão de uma parcela ponderável do aparelho militar do Estado.

Sua base de apoio é representada por todas as forças sociais das regiões em dissidência e pelas classes médias dos grandes centros urbanos.

O êxito da Revolução de 1930 dependeu em essência do papel desempenhado pelos militares, mas o Exército não atuou como força homogênea; o setor militar mais dinâmico na articulação do movimento, representado pelos "tenentes", encontrava-se, a rigor, fora do aparelho militar do Estado (muitos dos seus membros haviam sido afastados das fileiras do Exército). No interior das Forças Armadas, enquanto os altos escalões estavam

bastante divididos, alguns quadros situados entre estes e os "tenentes" — caso típico do general Goes Monteiro — assumiram o comando das operações, com amplo apoio da base. Os núcleos fundamentais da conspiração, cuja importância política se projetou após o movimento, foram os "tenentes" e alguns mais integrados no sistema como Goes Monteiro e o então major Eurico Gaspar Dutra (121).

Aqueles que faziam parte do primeiro escalão das Forças Armadas só intervieram na luta no momento em que os revolucionários já encontravam-se em posição favorável, com o claro propósito de funcionar como poder substitutivo e moderador.

Boris Fausto considera que

a crise de hegemonia da burguesia possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Estas forças contam com o apoio das classes médias e com a presença difusa das massas populares (122).

Após as articulações ocorridas ainda em março de 1930, quando os dissidentes já estabeleceram sondagens para a revolução, ocorre um certo esfriamento do plano revolucionário (há dubiedade e constata-se que o entusiasmo revolucionário não era geral). As incerte-

zas de Antônio Carlos aumentam em junho quando verifica, por intermédio dos elementos gaúchos e mineiros mais exaltados, quanto eram vagas todas as articulações. Diante disto, o presidente mineiro procura transformar a aliança militar em movimento de união política. A decepção aumenta com o recuo de Getúlio Vargas, que se definia segundo as marés. As articulações se desfaziam, a revolução tendia a desaparecer e o elan se extinguia, quando João Pessoa foi assassinado no Recife.

A razão da morte de João Pessoa estava ligada a questões regionais, acrescidas das circunstâncias políticas do momento. As mudanças promovidas por João Pessoa na Paraíba, antes da eleição, estavam provocando intranquilidades no Estado, que se tornava o foco da atenção nacional. Ocorre o conhecido episódio da Revolta de Princesa (123). José Pereira, um rico chefe político da região de Princesa, no interior da Paraíba, discordava do pensamento político de João Pessoa, bem como da sua política de tributar as importações procedentes de outros Estados por via terrestre, para assim ampliar as instalações portuárias da Paraíba. João Pessoa fazia tudo para discordar dos antigos líderes políticos, e parecia desejar causar dificuldades ao governo de Washington Luís. Ao indicar os representantes paraibanos no Congresso, desprezou todos os que tinham boas relações com o governo e com José Pereira, acusando-os de corrupção, e subs

tituindo-os por novos liberais.

Logo depois da eleição, José Pereira e seus amigos, que ficaram a favor de Prestes, organizaram seus seguidores em grupos de "cangaceiros", apoderaram-se da região de Princesa e começaram a espalhar sua influência pelas cidades vizinhas. Com ordens de João Pessoa para debelar a rebelião, a polícia estadual nada podia fazer, pois o governo federal tomou providências para impedir que recebesse armamento. Por sua vez, o governador de Pernambuco, Estado que faz fronteira com a zona de Princesa, não queria permitir que a polícia paraibana entrasse no seu território, e também nada fazia para deter o transporte de armas destinadas aos rebeldes de José Pereira.

Esta luta que se travou na Paraíba — desencadeada pela política tributária de seu presidente e que levou à proclamação provisória da independência do município de Princesa culminando com o assassinato de João Pessoa, também serviu de estímulo à Revolução.

Após a morte de João Pessoa, os planos revolucionários foram retomados com determinação. Virgílio de Melo Franco e Batista Lusardo se encarregaram das articulações, deslocando-se este para vários Estados. Assediaram Epitácio Pessoa, Arthur Bernardes e Antônio Carlos, que permaneciam indecisos. Lusardo manteve contato com Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Flores da

Cunha, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso e outros. Para saber da situação no Rio Grande do Sul foi indicado Francisco Campos. Procurou-se levantar fundos e armas foram encomendadas na Tchecoslováquia. Promoveu-se a aproximação entre Minas e Rio Grande do Sul. Olegário Maciel, futuro presidente de Minas, procurou marcar o movimento revolucionário para o período de gestão de Antônio Carlos, mas os extremistas conseguiram contrabalançá-lo. Juarez Távora preparou seus elementos no Nordeste. Mas foi somente após o esforço de Osvaldo Aranha, que conseguiu o apoio de Borges de Medeiros à Revolução consagrando a atuação do Rio Grande do Sul, que se desencadeou o processo revolucionário. Sem o seu apoio sabia-se do risco do levante. Sobre isso afirmava Antônio Carlos:

Sempre considerei que, sem o apoio do Dr. Borges de Medeiros, só afirmado em agosto de 1930, seria sem êxito possível qualquer movimento revolucionário tentado no sul (124).

Para Barbosa Lima Sobrinho em *A Revolução de Outubro*

o próprio Sr. Getúlio Vargas nunca se exporia à empreitada, sem a certeza daquele apoio que, entre outras virtudes, teria ainda a de atenuar-lhe a responsabilidade na deflagração da revolta (125).

Com o apoio de Borges de Medeiros e

por seu intermédio começou-se a minar o Exército; estabeleceu-se contato com os militares de Jaguari, Alegrete, com os generais do Estado Maior no Rio, etc. Foi escolhida a data para a deflagração do movimento: 25 de agosto. Mas ainda, por falta de preparo, não iniciou-se o movimento. Prosseguiram as articulações, estabelecidos os contatos, ultimaram-se os planos regionais e nacional. Vargas, responsável pela marcação da data da revolta, decidiu que a revolução deveria começar no dia 3 de outubro. Imediatamente prepararam-se comunicações para serem enviadas por Aranha e Collor aos amigos do Rio de Janeiro, informando-os da *decisão final e irrevogável*.

Edgard Carone afirma

a revolução

não era mais segredo. Governo e povo estavam informados e de tal modo saturados de um boato que não se realizava, que não se acreditava mais que ela viesse a acontecer. Mas o que se vinha protestando havia mais de ano, malogrando sempre, estoura às 17.30 hs de 3 de outubro (126).

Washington Luís, cuja inflexibilidade tanto contribuíra para a perdição do governo, estava prevenido, porque os rumores prévios não haviam se concretizado. Na manhã de 4 de outubro o presidente foi tomado de surpresa com a notícia de levantamentos no extremo Sul, em Minas e em parte do Nordeste. Era tarde para qualquer

providência realmente eficaz.

Em poucos dias os revolucionários conseguiram controlar a situação em diversos Estados — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Alagoas, Sergipe — praticamente resistiram mais tempo, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pará. Enquanto se desenrolavam os combates e avanços de parte a parte, organizou-se no Rio de Janeiro uma conspiração militar para a derrubada de Washington Luís, que resultou em sua deposição a 24 de outubro, quando aceitou as ponderações do cardeal Sebastião Leme e, com o prelado, deixou o Palácio. Assumiu a Junta Militar integrada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto e almirante Isaias de Noronha.

Júlio Prestes, em São Paulo, acompanhou os acontecimentos. Em carta a Paulo Labarthe dizia

no Rio de Janeiro a favor dos revolucionários, a situação em São Paulo modificou-se rapidamente, ao ponto de perdermos até a Polícia que aderiu ao movimento e deixou a cidade entregue à desordem e completamente desguarnecida. Assim mesmo nos mantivemos nos Campos Elysios até às três e meia horas da manhã do dia 25 de outubro, quando nos retiramos para o Consulado Inglês porque não dispunhamos mais nem da guarda do Palácio, que havia se retirado. Só fomos para aquele Consu

lado porque eu não estava na posse do governo de São Paulo e não tinha mais residência naquella Capital (estava em gozo de licença da Presidencia do Estado, aguardando a minha posse no Governo Federal) e não quiz sacrificar nenhum Amigo em cuja casa me abrigasse. Do Consulado, tendo recebido passaporte, vim para Paris, onde permanço até nova deliberação ou até que me venham recursos e que eu possa me movimentar para outros logares. Como vê o Amigo, não era possível organizar a reacção no momento da victoria da revolução porque essa reacção seria esmagada onde quer que apparecesse e os revoltosos cantariam uma victoria que nunca alcançaram. Fomos victimas da trahição de que ninguém se livra, mas elles não foram victoriosos, chegaram ao Poder levados pela trahição e pela covardia (127).

Júlio Prestes saiu do Brasil; fixou-se em Portugal e de lá procurou manter contato com amigos brasileiros, a fim de obter notícias. Correspondeu-se com diversos amigos, entre eles o general Nestor Sezefredo de Passos, antigo ministro da Guerra de Washington Luís. Dele recebeu carta com muitas informações de nosso País e sobre os novos "donos do poder". Sezefredo de Passos noticiava sobre o Brasil

Accentua-se o dissidio en

tre as duas correntes em que se separaram os provisórios. Aranha com os tenentes, aparentemente e Getúlio com todos ou com ninguém, como sempre. O aparentemente sobre a attitude do Aranha, talvez não a exprima bem; melhor fôra dizer — às últimas notícias — porque amanhã elle poderá estar com os democráticos. Não lhe custa mudar de prestito, visto como se considera pertencente aos dois e a mais algum ou alguns que possam apparecer.

Remetto-lhe, com esta um documento interessante, que me foi mandado por um amigo do Rio — as Instruções da policia do liberal Luzardo sobre a censura aos jornaes e agencias telegraphicas. O amigo o obteve com difficuldade e sob promessa de absoluta reserva, pois, incorre em excomunhão maior o infiel que o divulgar. E o judeu Moses, presidente da Associação de Imprensa e sachristão do liberalissimo Luzardo com o exercicio naquella associação, é tão inflexivel com os transgressores. Só elle pode ser judeu e sachristão, ao mesmo tempo (128).

Quanto às citadas "Instruções" restou apenas um fragmento de uma página, em que se consigna que

São expressamente prohibidos: referências a perturbações ou ameaças de perturbação da ordem; declarações e entrevistas de autorida-

des civis e militares, personalidades políticas ou não, que possam vir a perturbar a ação do governo, a segurança pública ou a economia nacional; toda e qualquer referência à atividade comunista, quer no país quer no estrangeiro; notícias e comentários de ou sobre tendências separatistas; notícias e comentários sobre movimentos de classe (greve, perturbação de ordem nas fábricas, desemprego), entre outros (129).

As instruções eram da Polícia do de Janeiro aos diretores de jornais e agências telegráficas.

Implantou-se a censura com um rigor inaudito, surpreendendo grandemente, porque antes do movimento revolucionário não havia, para a imprensa, assunto proibido. Até o Manifesto Comunista de Luís Carlos Prestes fora publicado no Diário Nacional, na íntegra (130). A imposição de restrições aos jornais foi marcante.

Os revoltosos afastaram a Junta Militar e deram posse a Getúlio Vargas, formando o chamado Governo Provisório.

Em São Paulo, a administração pública conheceu as interventorias do tenente João Alberto, de Laudo Ferreira de Camargo, do general Manuel Rabelo, culminando com Pedro de Toledo, civil e paulista. Generalizou-se o descontentamento contra o Governo Provisório.

São Paulo permanecia como terra ocupada. A insatisfação ganhou intensidade. Formou-se a Frente Única, integrando vencedores (democráticos) e vencidos (perrepistas) de 1930, contra o inimigo comum; essa união fora precedida do rompimento público entre o Partido Democrático e Getúlio Vargas (131). Os movimentos de rua acentuaram-se. A 23 de maio de 1932 houve o choque do qual resultou mortos quatro jovens, que se tornariam o símbolo da resistência à ditadura: Martins, Dráusio, Miragaia e Camargo.

São Paulo desejava a reconstitucionalização do País e marchava para a revolução.

Júlio Prestes, ao tomar conhecimento do deflagrar do movimento constitucionalista, a 9 de julho, enviou telegrama ao jornalista Ezequiel Ubatuba, em Buenos Aires, em que lhe pedia

transmita [e] publique

[o] seguinte: surprehendido triumpho trahição outubro licenciado governo paulista e ainda não empossado República fui obrigado exilio onde acompanho esperançado entusiasmo marcha revolução redimirá Brasil republicano. Irrestrita solidariedade paulistas frente unica lamento apenas minha ausencia vanguarda exercito libertador. Prompto acudir primeiro chamado. Viva S.Paulo. Viva República (132).

Em resposta, Ubatuba informava que

Imprensa unanime publicou mensagem.

Convem embarcar-se (133).

Antes de partir, Júlio Prestes enviou ao mesmo Ezequiel Ubatuba outra mensagem:

Revolução brasileira pro-constituinte gosa sympathia mundo civilizado porque caminha redempção Patria. Dictadura enxovalha Brasil aniquilando-o arrastando-o inconsciencia ambição horrores guerra civil. Soldados brasileiros não a tireis contra vossos irmãos não derrameis sangue patricios anseiam liberdade. Usurpador não tem autoridade ordenar forças armadas contra interesses nacionaes. Patriotismo indica suffocar ambições desprender-se interesses ver unicamente causa suprema Brasil que reclama governo si mesmo. Deus a companhe revolucionários guiando-os victoria causa encerra principios liberdade deveres christãos dignidade humana. Viva a revolução Brasil constitucional (134).

Júlio Prestes embarcou com destino a Buenos Aires. Após vinte dias de viagem a 9 de setembro chegou na capital argentina. Encontrou-se com Ubatuba que o colocou a par da situação em S. Paulo e no Brasil.

Enviou a seu cunhado, em código, um telegrama que foi interceptado pelas autoridades militares paulistas e traduzido. Este telegrama dirigido a Bernar-

des Júnior afirmava

comunique ao governo e amigos aqui estou sem pretensão ou ambição pessoal, para, unicamente como brasileiro, paulista, confirmar minha irrestrita solidariedade S. Paulo, cuja sorte compartilho, na acção contra ditadura pela redempção nossa patria. (a) Julio Prestes (135).

Ao pé do papel, o gen. Klinger, de próprio punho acrescentou

O destinatário deve providenciar e responder por que não seja publicado este recado (136).

Júlio Prestes recebeu a seguinte resposta:

para melhor cooperação aconselha-vel sua permanencia ahi (137).

Diante dessa resposta, Júlio Prestes decide retornar a Portugal. Concedeu, antes de voltar, entrevista à imprensa, afirmando que sua carreira estava encerrada. Não desejava conquistar o poder de que fora despojado. Retorna a 22 de setembro para a Europa.

Nada mais tinha a fazer em Buenos Ayres e era esse o único vapor que partia lá diretamente para a Europa sem tocar em portos brasileiros (138).

Júlio Prestes retornou a Portugal, ficando-se em Monte Estoril, onde manteve-se com a família. Voltou ao Brasil quando a Nação tornou à legalidade.

1934 marca o fim do seu exílio. Recebeu em Portugal cartas de amigos que o informavam sobre a situação no Brasil. Em carta datada de 9 de março de 1934 escrevia Ernani Dias

you must have had news of the events that are taking place here. There have been things from the other world. The pretended inversion of the work of the Constituent for the immediate election of the President, which will be by force, if God does not have [...]. The own correlative of them are scandalized with such audacity, as the dictator candidate to take office as President supported by Flores da Cunha. João Alberto has already made contradictory statements, saying that for much less they made a revolution. A brother of Goes Monteiro rebelled against the interventor of Alagoas who desired the inversion for the effect of the immediate election, being that Goes is the leader of the Alagoas bancada. Finally it was the exoneration of the interventor.

Organized now here a new constitutional party. They say it is the party of the interventor. He made a discourse quite infe-

liz que você terá oportunidade de ler (139).

A carta referia-se a organização da Assembléia Constituinte e da realização de eleições.

Júlio Prestes recebeu também, datada de 15 de março de 1934, carta de Euclides de Oliveira que após cumprimentá-lo pelo aniversário natalício afirmava

Em política, como já vos disse tenho agido sempre de acordo com o Dr. Fernandes. Os meios políticos estão sendo agitados grandemente: O PRP e o Partido Constitucionalista estão em franca atividade por todo o Estado, preparando já o próximo encontro nas urnas. Infelizmente dentro de poucos dias segundo as previsões o Getúlio estará eleito presidente constitucional do Brasil, para o cúmulo da nossa infelicidade e do Brasil inteiro e mudará então de nome este regime nefasto da ditadura, da qual me afasto cada vez mais.

Votada a Constituição e entrando o Brasil no regime legal poderá você voltar ao Brasil, pois estamos ansiosos para ve-lo e abraçá-lo aqui entre nós.

Na concentração do PRP realizada em Itú, há três dias todas as vezes que os oradores e principalmente em São Roque, pronunciavam o nome de Julio Prestes, a assistencia rompia em palmas entusiásticas. Esse espetáculo enche-me de sa

tisfação e orgulho.

São muitos os amigos que me pedem para recomendá-los. Abraços com muitas saudades e com a mesma amizade de sempre, o amigo e compadre Euclides de Oliveira (140).

Esta carta reflete a tendência existente para que o País retornasse à legalidade constitucional, o que ocorreu a 16 de julho de 1934 quando foi promulgada a nova Constituição do Brasil.

O País assumindo a normalidade constitucional, Júlio Prestes decide regressar. Seu embarque ocorreu a 8 de agosto de 1934.

No Brasil, Júlio Prestes tornou à lavoura. Cuidava de suas fazendas "Paiol" e "Araras". Afirma Luiz Tenório de Brito em *Memórias de um Ajudante de Ordens* que Júlio Prestes

Precisando trabalhar para se manter, preferiu ele as atividades agrícolas a reabrir sua banca de advogado. Assim, no mesmo ano em que chegou da Europa, arou e plantou uma área de seiscentos alqueires em algodão [...] Dirigia pessoalmente Júlio Prestes todos os serviços agrícolas, no campo e no escritório, com um único auxiliar: seu filho Fernando Prestes Neto [141].

Júlio Prestes só saiu do anonimato, em que passou a viver após sua volta ao Brasil, quando sen-

tiu necessária a união de todos os brasileiros diante dos problemas provocados pela 2ª Guerra Mundial. Encerrada a guerra, com a vitória dos aliados, próximo o término da ditadura Vargas, Júlio Prestes ligou-se à oposição para combater a ditadura. Em 1945, finalizada a campanha eleitoral e com o processo de redemocratização em marcha, Júlio Prestes voltou à sua privacidade. Não mais retornou à cena política. Apresenta, então, precárias condições de saúde. Em 1946 Júlio Prestes morria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os candidatos oficiais a sucessão presidencial de 1929-1930 receberam dos diversos segmentos sociais apoio e solidariedade, claramente manifestos e divulgados pelos órgãos de imprensa. Inegavelmente a força da máquina governamental pendeu para Júlio Prestes. O resultado das eleições o demonstrou. As forças políticas divergentes, que buscavam canais de penetração, tiveram a seu favor circunstâncias que contribuíram para a Revolução: crise econômica, dissidência política oligárquica e neste quadro, o estopim, o assassinato de João Pessoa. As transformações políticas eram necessárias. As condições econômicas, as modificações e questionamentos ocorridos na sociedade, assim o requeriam. A par da efervescência política, existia o anseio por mudanças nos quadros políticos tradicionais. Os responsáveis oficiais pelos destinos políticos do País não tiveram a sensibilidade e perspicácia que o momento exigia. A oligarquia perdeu o controle político porque não soube superar as próprias deficiências. Preferiu permanecer passivamente, aceitando o aparente domínio e controle político que julgava possuir. Basta lembrar a incredulidade de Washington Luís

diante do fato consumado: o eclodir da Revolução.

O que dizer de Júlio Prestes? O candidato por São Paulo tinha atrás de si o respaldo de uma bela e rápida carreira política. Fizera boa administração em São Paulo, possuía o apoio das correntes políticas de dezessete Estados. No entanto, ante o desencadear da Revolução, mostra-se perplexo, exila-se e praticamente abandona sua carreira política. Constatar se houve ou não respaldo político à ação do P.R.P. e de seus candidatos e entender a postura de Júlio Prestes neste processo foi a nossa preocupação. Constatamos que o apoio concedido a Júlio Prestes no processo sucessório foi enorme.

A atitude do presidente de São Paulo no momento da Revolução foi, senão passiva, completamente apática, o que acarretaria consequências sócio-políticas de importância no desenrolar dos acontecimentos da década de trinta.

N O T A S

- 1) BELLO, José Maria - História da República:1889-1945. 6ª edição, São Paulo, Nacional, 1972, p.257.
- 2) DULLES, John W. F. - Getúlio Vargas: biografia política. Rio de Janeiro, Renes, 1967, p.47.
- 3) IDEM, p.49.
- 4) CARTA a Júlio Prestes, 20 fev.1930 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 1.
- 5) MANIFESTO do Partido Democrático de 22 mar.1926: ver Folha do Partido Democrático inserida in O ESTADO DE S.PAULO de 22 mar.1926.
- 6) PRADO, Maria Lígia - A democracia ilustrada: tese de doutoramento apresentada ao Depto de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S. P., 1982, p.19.
- 7) IDEM, p.20.
- 8) IDEM, p.21.
- 9) IDEM, p.28.
- 10) IDEM, p.42.
- 11) IDEM, p.47.
- 12) IDEM, p.49-50.
- 13) IDEM, p.52.

- 14) IDEM, p.53.
- 15) IDEM, p.81-82.
- 16) IDEM, p.106.
- 17) MANIFESTO B.O.C., 22 fev.1928 - O Manifesto do Bloco Operário Camponês, 22 fev.1928, foi publicado no DIÁRIO NACIONAL em 23 fev.1928, p.3.
- 18) MESQUITA Filho, Júlio de - A crise nacional: reflexões em torno de uma data. São Paulo, O ESTADO de S.Paulo, 1925.
- 19) CARTA de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 29 nov. 1928. Silva, Hélio - 1926: a Grande Marcha, vol. II em O Ciclo de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p.195-197.
- 20) FONTOURA, João Neves da - A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Memórias, Vol.II. Porto Alegre, Globo, 1963, p.52-53.
- 21) CORREIA, Affonso Henriques - Vargas, o maquiavélico. São Paulo, Palácio do Livro, 1961, p.40-41.
- 22) CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938. São Paulo, DIFEL, 1977, p.76-78.
- 23) CORREIO PAULISTANO. São Paulo, 27 ago.1929, p.4.
- 24) IDEM, ibidem.
- 25) IDEM, ibidem.
- 26) IDEM, ibidem.
- 27) IDEM, ibidem.
- 28) IDEM, ibidem.

- 29) IDEM, ibidem.
- 30) IDEM, ibidem.
- 31) IDEM, ibidem.
- 32) IDEM, ibidem.
- 33) IDEM, ibidem.
- 34) IDEM, ibidem.
- 35) IDEM, p.2.
- 36) IDEM, 28 ago.1929, p.2 (transcrito d'O PAIZ).
- 37) IDEM, p.9 (transcrito d'A SEMANA DE DOIS CÓRREGOS).
- 38) IDEM, p.5.
- 39) IDEM, 30 ago.1929, p.3.
- 40) IDEM, 31 ago.1929, p.2.
- 41) CARTA a Júlio Prestes, acompanhada de artigo do jornal A CIDADE DE OURINHOS, 6 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 42) CARTA a Júlio Prestes, datada de 9 out.1929, acompanhada de artigo do jornal DIÁRIO NACIONAL de 8 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 43) CARTA a Júlio Prestes, 23 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 44) CARTA a Júlio Prestes, 15 out.1929, acompanhada de artigo do jornal CULTURA, de Rio Preto - série correspondência, FJP/DAESP.

- 45) CARTA a Júlio Prestes, 2 set.1929, acompanhada de artigos dos jornais O PAIS e S.PAULO IMPARCIAL - série correspondência, FJP/DAESP.
- 46) CARTA a Júlio Prestes, 7 out.1929, acompanhada do jornal O MUNICÍPIO de Leme, S.Paulo, de 4 out. 1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 47) CARTA a Júlio Prestes, 17 ago.1929, acompanhada de artigos publicados no jornal O ITAHYBA, datados de 3 ago.1929, 10 ago.1929 e 17 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 48) CARTA a Júlio Prestes, 1 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 49) CARTA a Júlio Prestes, 24 set.1929, acompanhada de artigos do jornal A GAZETA DE CORDEIRO, de 22 set. 1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 50) CARTA a Júlio Prestes, 3 nov.1929, acompanhada de artigos do jornal O CACHOEIRENSE, de 3 nov.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 51) CARTA a Júlio Prestes, 7 maio 1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 52) CARTA a Júlio Prestes, 10 maio 1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 53) CARTA a Júlio Prestes, 28 maio 1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 54) CARTA a Júlio Prestes, 22 mar.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 2.
- 55) CARTA a Júlio Prestes, 22 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver anexo 3.

- 56) CARTA a Júlio Prestes, 22 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 4.
- 57) CARTA a Júlio Prestes, s.d. - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 5.
- 58) CARTA a Júlio Prestes, 26 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 6.
- 59) CARTA a Júlio Prestes, 30 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 7.
- 60) CARTA a Júlio Prestes, 5 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 8.
- 61) CARTA a Júlio Prestes, 15 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 9.
- 62) CARTA a Júlio Prestes, 9 nov.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 10.
- 63) CARTA a Júlio Prestes, 20 nov.1929 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 11.
- 64) CARTA a Júlio Prestes, 15 fev.1930 - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 12.
- 65) CARTA a Júlio Prestes, s.d. - série correspondência, FJP/DAESP. Ver Anexo 13.
- 66) CARTA a Júlio Prestes, 29 jul.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 67) CARTA a Júlio Prestes, 10 ago.1929, apoio e solidariedade - série correspondência, FJP/DAESP.
- 68) CARTA a Júlio Prestes, 11 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.

- 69) CARTA a Júlio Prestes, 16 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 70) CARTA a Júlio Prestes, 28 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 71) CARTA a Júlio Prestes, 22 jul.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 72) CARTA a Júlio Prestes, 6 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 73) CARTA a Júlio Prestes, 5 jan.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 74) CARTA a Júlio Prestes, 11 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 75) CARTA a Júlio Prestes, 26 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 76) CARTA a Júlio Prestes, 10 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 77) CARTA a Júlio Prestes, 21 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 78) CARTA a Júlio Prestes, 1 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 79) CARTA a Júlio Prestes, 21 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 80) CARTA a Júlio Prestes, s.d. - série correspondência, FJP/DAESP.
- 81) CARTA a Júlio Prestes, 20 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.

- 82) CARTA a Júlio Prestes, 5 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 83) CARTA a Júlio Prestes, 21 out.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 84) CARTA a Júlio Prestes, 27 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 85) CARTA a Júlio Prestes, 18 dez.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 86) CARTA a Júlio Prestes, 18 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 87) CARTA a Júlio Prestes, 13 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 88) CARTA a Júlio Prestes, 25 jul.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 89) CARTA a Júlio Prestes, 20 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 90) CARTA a Júlio Prestes, 5 nov.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 91) CARTA a Júlio Prestes, 14 jan.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 92) CARTA a Júlio Prestes, 4 nov.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 93) CARTA a Júlio Prestes, 3 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 94) CARTA a Júlio Prestes, 29 nov.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.

- 95) CARTA a Júlio Prestes, 19 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 96) CARTA a Júlio Prestes, 4 fev.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 97) CARTA a Júlio Prestes, 9 fev.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 98) CARTA a Júlio Prestes, 4 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 99) CARTA a Júlio Prestes, 22 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 100) CARTA a Júlio Prestes, 4 ago.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 101) CARTA a Júlio Prestes, 23 set.1929 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 102) LIMA Sobrinho, Barbosa - A verdade sobre a revolução de outubro. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p.97.
- 103) PLATAFORMA de Governo de Júlio Prestes de Albuquerque, candidato à Presidência da República para o quadriênio de 1930-1934, lida em 17 de dezembro de 1929, no Rio de Janeiro. In CORREIO PAULISTANO, 18 de dezembro de 1929, p.1-2.
- 104) IDEM. Os trechos transcritos são extraídos da Plataforma.
- 105) IDEM.
- 106) IDEM.
- 107) IDEM.
- 108) IDEM.

- 109) IDEM.
- 110) IDEM.
- 111) LIMA Sobrinho, Barbosa - A verdade sobre a revolução de outubro - 1930. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p. 98.
- 112) CORREIA, Affonso Henriques - Vargas, o maquiavélico. São Paulo, Palácio do Livro, 1961, p.59-64.
- 113) IDEM.
- 114) CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938. 3ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977 (Corpo e Alma do Brasil, XXXI) p.78.
- 115) CARTA a Júlio Prestes, 11 mar.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 116) CARTA a Júlio Prestes, 11 mar.1930, acompanhada de artigo do jornal O ESTADO DE S.PAULO, de 11 mar.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 117) CARTA a Júlio Prestes, 17 mar.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 118) CARTA a Júlio Prestes, 11 mar.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 119) CARTA a Júlio Prestes, 9 mar.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 120) CARTA a Júlio Prestes, 24 mar.1930 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 121) FAUSTO, Boris - A Revolução de 1930: historiografia e história. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1972, p.102-103.

- 122) IDEM, p.103.
- 123) RODRIGUES, Inês Caminha Lopes - A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local: Paraíba 1930. João Pessoa, Secretaria da Educação do Estado da Paraíba, 1978.
- 124) LIMA Sobrinho, Barbosa - A verdade sobre a revolução de outubro: 1930. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p.138
- 125) IDEM.
- 126) CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938. 3ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, 1977 (Corpo e Alma do Brasil, XXXI), p.81.
- 127) CARTA datada de Paris, 15 maio 1931, dirigida a Paulo Labarthe, antigo deputado federal pelo Rio Grande do Sul e um dos três representantes desse Estado na Convenção Nacional do Partido Republicano que homologou a candidatura Júlio Prestes à presidência da República. Cópia datilografada com acréscimo manuscrito de Júlio Prestes - FJP/DAESP.
- 128) DEBES, Célio - Júlio Prestes e a Primeira República: edição comemorativa do centenário de nascimento de Júlio Prestes. Convênio IMESP/DAESP. São Paulo, 1982, p.102. Original datilografado, com o último parágrafo e o endereço manuscrito pelo remetente. FJP/DAESP.
- 129) IDEM.
- 130) NOGUEIRA Filho, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo, José Olympio, 1965. - A guerra cívica de 1932. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965 -1966-1967-1971 (4 volumes). Op. cit. in Debes,

Célio - Júlio Prestes e a Primeira República: edição comemorativa do centenário de nascimento de Júlio Prestes. Convênio IMESP/DAESP. São Paulo, 1982.

- 131) CARONE, Edgard - A Segunda República: 1930-1937. São Paulo, DIFEL, 1973, p.39-46.
- 132) MANUSCRITO de Júlio Prestes, datado de Lisboa, 18 de julho de 1932, trazendo no canto superior direito do papel as palavras: copia e transmittido - FJP/DAESP.
- 133) TELEGRAMA, via Western, traz o carimbo do telégrafo de Lisboa, com a data 20 jul. 1932. Original do FJP/DAESP.
- 134) TELEGRAMA. Original datilografado, com a data de Lisboa, 22-VII-932, assinatura e anotações das palavras copia e transmittido de Júlio Prestes. FJP/DAESP
- 135) O texto está datilografado em papel timbrado, com o escudo da República e os dizeres Memorandum 12ª Região Militar/2ª Divisão de Infantaria. Traz a data Quartel General em São Paulo, 10 de setembro de 1932. Radiograma recebido de Buenos Aires cifrado e traduzido por esta chefia. (Original pertencente ao Dr. Gil Prestes Bernardes). Citado in Debes, Célio - Júlio Prestes e a Primeira República: edição comemorativa do centenário de nascimento de Júlio Prestes. Convênio IMESP/DAESP. São Paulo, 1982.
- 136) IDEM.

- 137) DEBES, Célio - Júlio Prestes e a Primeira República: edição comemorativa do centenário de nascimento de Júlio Prestes. Convênio IMESP/DAESP. São Paulo 1982, p.107.
- 138) IDEM, p.108.
- 139) CARTA a Júlio Prestes, 9 mar.1934 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 140) CARTA a Júlio Prestes, 15 mar.1934 - série correspondência, FJP/DAESP.
- 141) BRITO, Luiz Tenório de - Memórias de um ajudante de ordens. São Paulo, Nacional, 1951, p.231-233.

BIBLIOGRAFIA

- BEIGUELMAN, Paula - Pequenos estudos de ciência política. São Paulo, Livraria Pioneira, 1973.
- BELLO, José Maria - História da República: 1889-1954. São Paulo, Nacional, 1972.
- BRITO, Luiz Tenório de - Memórias de um ajudante de ordens. São Paulo, Nacional, 1951.
- CAPELATO, Maria Helena & PRADO, Maria Lígia - O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
- CARONE, Edgard - A República Velha: evolução política. São Paulo, DIFEL, 1977.
- CARONE, Edgard - A República Velha: instituições e classes sociais. São Paulo, DIFEL, 1978.
- CARONE, Edgard - A República nova: 1930-1937. São Paulo, DIFEL, 1974.
- CARONE, Edgard - O tenentismo. São Paulo, DIFEL, 1975.
- CARONE, Edgard - Revoluções do Brasil contemporâneo: 1922-1938. São Paulo, DIFEL, 1977.
- CORREIA, Affonso Henriques - Vargas, o maquiavélico. São Paulo, Palácio do Livro, 1961.

- COSTA, João Cruz - Pequena história da República. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- DEAN, Warren - A industrialização de S.Paulo. São Paulo, DIFEL, 1971.
- DEBES, Célio - Júlio Prestes e a Primeira República: edição comemorativa do centenário de nascimento de Júlio Prestes. São Paulo, Convênio IMESP/DAESP, 1982.
- DEBES, Célio - O Partido Republicano na propaganda: 1872-1889. São Paulo, s.c.p., 1975.
- DECCA, Edgar de - 1930. O silêncio dos vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DULLES, John W.F. - Getúlio Vargas: biografia política. Rio de Janeiro, Renes, 1967.
- FÁORO, Raymundo - Os donos do poder. São Paulo, EDUSP, 1975.
- FAUSTO, Boris (dir.) - O Brasil Republicano: 1. estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo, DIFEL, 1975 (História Geral da Civilização Brasileira, 8).
- FAUSTO, Boris (dir.) - O Brasil Republicano: 2. sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo, DIFEL, 1977. (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- FAUSTO, Boris - A Revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1972.
- FAUSTO, Boris - Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945. Cadernos CEBRAP. São Paulo, 1973.

- FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.) - Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FONTOURA, João Neves da - A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porto Alegre, Globo, 1963.
- FURTADO, Celso - Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1971.
- IANNI, Otávio - O colapso do populismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- LEAL, Vitor Nunes - Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- LIMA Sobrinho, Barbosa - A verdade sobre a revolução de outubro: 1930. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975
- MESQUITA Filho, Júlio de - A crise nacional: reflexões em torno de uma data. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1925.
- NOGUEIRA Filho, Paulo - Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930. São Paulo, José Olympio, 1965.
- PRADO, Maria Lígia - A democracia ilustrada: tese de doutoramento apresentada ao Depto. de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P. São Paulo, 1982.
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes - A Revolta de Princesa: uma contribuição ao estudo do mandonismo local: Paraíba 1930. João Pessoa, Secretaria da Educação do Estado da Paraíba, 1978.

SANTA ROSA, Virgínio - O sentido do tenentismo. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SILVA, Hélio - 1926: a Grande Marcha. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Hélio - 1930: a revolução traída. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

SILVA, Hélio - 1931: os tenentes no poder. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Hélio - 1932: a guerra paulista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

SKIDMORE, Thomas - Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

WEFFORT, Francisco C. - O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DOCUMENTOS:

- Fundo Júlio Prestes (Divisão de Arquivo do Estado de S. Paulo): cartas, telegramas, manifestos, folhas volantes, recortes de jornais, etc.

JORNAIS:

Correio Paulistano - São Paulo, 1929-1930.

O Estado de S. Paulo - São Paulo, 1929-1930.

ANEXOS

ARQUIVO 'J.P. -DAESP

O substituto do Sr. Lourenço B... no cartório, e alliança

Partido Republicano Paulista
Santo Anastácio

15129

Handwritten notes and signatures:
Santo Anastácio, 29 de Junho, 1930.
Sr. José Luis...
Atenciosamente

...trabalho intenso de propaganda eleitoral, exigindo levar os meios de contiguidade, dirigindo aproximações ao partido feita pela Comissão Directora. A situação local mostrava, em virtude da atitude dos meus antigos e partidários do Sr. José Bado, que por hipotética guerra após as eleições de N. B. e, após nos impuser do pleito, fundam o Partido de... Candidatos da Aliança. Foi uma feitura para todos nós, pois, até eles com seus quebras a unanimidade de supprir com que R. Anastácio... D. B. Anastácio que me... levadas elas esse de outros votos, de... do Comandante foi feita os Sr. Laceray... Antecâmara o Sr. Luiz de... que... nos... eleições, sendo... a... Sr. B... que ha tempos fora... do para em caso a pedido do Sr. Lourenço B... Acontece porém, por o Sr. B... da Aliança e quem seus... trabalhos, pois, pretende... candidatos

de sua sympathia, e, segundo a voz corrente pretense.
 até suas milidades na acta eleitoral, preferindo assim
 a naturalidade de si a P. M. de sorte que acho que o Sr.
 Leonidas Bentes devesse intervir no caso, foyendo
 nomear outro socorro intencional que nunca substitua
 o tanto se por esta forma desapparecer futuro.

Muito obrigado pelos conhecimentos que foram fornecidos
 ahi publicamente de P. M.

Quei a 20 de 1871
 J. Baptista Almeida

ARQUIVO J.P. - DAESP

Ex^{mo} S^{ra} D^o Julio Prestes de Albuquerque

M. D. Presidente do Estado

Respeitosas saudações.

Como V. Ex^{cia} foi sabedor, por carta que dirigi a V. Ex^{cia}, em data de 20 de Outubro passado, como presidente do Directorio Politico desta cidade, fiz ver a V. Ex^{cia} que consegui, por motivo da fundação do partido municipal que fora, nessa occasião, por mim feita, a extinção do partido democratico, então remanente, o qual contava com a maioria eleitoral, conforme fora verificado nas eleições de Fevereiro de 1927. Nessa occasião, o partido governista local estava entregue nas mãos do Sr. Alexandre Preto, o qual levantara as mãos aos Ceus, por motivo da minha attitude, visto esse S^{ra}

por si nada ter podido fazer a favor do honrado Governo, como chefe politico que era.

Pois bem, dahi fizeram-me presidente do directorio governista, tendo sido este organizado com alguns membros do partido municipal, ficando incluido tambem elementos governistas e democraticos. Por questões, toda particular e de somma importancia, o Sr Alexandre Brito, vinha actualmente em attitude contraria a politica local, dando motivos de aborrecimentos e criando serias difficuldades aos demais membros do directorio governista local, na sua maioria, e nossos boaes companheiros. Levando esta sua accão incorrecta e de completa desharmonia para o partido, ainda mais agora que os democraticos estão de lado e sem accão alguma nas occasiões de eleição; agora que estavamos caminhando na

mais completa paz, tudo fazendo-se em beneficio
 desta localidade e para prestigiar o honrado
 Governo de N. Ex.^{cia}, eis que o companheiro desleal, o
 Sr. Alexandre Preto, por meio de intrigas perante o
 deputado Sr. Prodato Wertheimer, inventára e con-
 seguira, sem ao menos ser ouvido a maioria dos
 membros do directorio governista local, até hontem
 organizado, directorio esse que vinha adminis-
 trando a politica desta cidade, o reconhecimento
 de um novo directorio á contra gosto do eleitorado,
 o qual tenho na sua maioria, e ferindo-me na mi-
 nha dignidade de chefe politico. Sendo hoje surpre-
 hendido com a organização e reconhecimento desse no-
 vo directorio, estando como estão, os amigos dos verda-
 deiros amigos do honrado Governo, nesta cidade,
 contrariados, eis que lembrei-me então de trazer
 ao conhecimento de N. Ex.^{cia} esta noticia a fim de ver-
 mos si conseguimos a entrada no actual directorio

de mais dois membros que sejam, de facto, amigos do Governador que gozem de verdade o prestígio eleitoral. Pois, o contrario fora feito e isto talvez sem que a honrada Comissão conhecesse, de perto os novos membros que foram indicados pelo dito Alexandre Preto, membros esses que ^{mas} são, com sinceridade, amigos do Governo. Demais, um d'elles, apesar de nosso correligionario, o Sr. Avelino Alvim Pinto, não podia em absoluto fazer parte do directorio politico local: é um Sr. sem apresentação e pode-se dizer sem mais de vida e doente; o outro, o Sr. Evino de Camargo, 1º tabellião, que fora posto no novo directorio, sem ao menos ser ouvido, hoje dissera ter renunciado o cargo. Penso que para melhor trabalharmos na politica local, ao lado do honrado Governo de V. Ex.^{cia}, ao numero desses nomes indicados e reconhecidos, podiam fazer parte do novo directorio os cidadãos Fernando de Moraes Barros, negociante;

etc. chefe democratico local, e que com muito
 gosto e a pedido nosso deixou o partido por
 elle creado, e esperando, conforme lhe havia
 nos promettido, fazer parte do directorio quando
 fosse reorganizado; e o cidadão Francisco No-
 queira Alves Porto, honrado escriptão da Col-
 lectoria estadual, e governista nosso compa-
 nheiro de luctas, gosando ambos de prestigios
 publicos e commandando, como comman-
 dam, diversos electores. De modo que, Ex^{mo}
 Sr. D. Julio Prestes, tenho a dizer o seguinte:
 com o directorio que vinha tendo esta cidade
 estive e estaria prompto a trabalhar, a lu-
 ctar para tudo o que dissesse respeito a politi-
 ca local. Desde, porem, que e contra gosto
 meu e da maioria eleitoral d. ste municipio,
 com o qual conto, houve o que houve, o reconhe-
 cimento de um directorio, sem ser ouvido
 a maioria dos membros do antigo directorio
 peço licença a V. Ex^{cia} para declarar que d. o.
 avante não temos eu e os demais amigos
 governistas, bastante gosto de luctarmos com

unidos lutando, em benefício da localidade,
 podendo haver com isso ve serios aborrecimentos
 para a família isabelense, é pois que irei
 com os meus bons amigos e companheiros,
 fundar um partido municipal de comba-
 ter ao actual directorio local, embora presti-
 gando o Govern^o de V. Ex^{cia}

Para prova de que fallei a verdade,
 isto é que conto com a maioria eleitoral
 em S^{ta} Isabel; nesta data dirigi a honrada
 Commissão Directora uma proposta
 de se fazer uma eleição livre do directorio,
 reconhecendo aquelle que contar com a maio-
 ria eleitoral. Da Commissão, porém,
 entendi no entanto de reconhecer mais
 dois amigos para membros do actual dire-
 ctorio - os cidadãos Fernando de Moraes
 Barros e Francisco Nogueira Alves Porto, já
 mencionados, os quaes são de facto compa-
 nheiros nossos e amigos do Govern^o; neste
 caso admitarei a chefia do directorio e conti-
 nuarei no meu posto de sacrificio como

ARQUIVO J.P. -DAESP

Raul

Crucero 22 de Agosto de 1929.

Exm. Sr. Dr. Julio Soreles, H. Presidente.

Respetadas señoras.

Señala la actual situación política, cuando todas las corrientes de opinión, por sus órganos más autorizados, se ponen a prueba en la defensa de responsabilidades por sus cabezas, hijos de un deber, como depositarios, de este municipio, de la confianza de sus honrados vecinos, dirigiéndose a V. Ex. para expresar de manera expresa y precisa al momento político que se pasa con referencia a los momentos políticos.

Como V. Ex. nos ignora, es aquí la sede de Adm. Municipal de Est. de Belm. con todos los recursos humanos de un pueblo. Estos, en vista de que pronto se manifestará por el pueblo de Belm. a la Chopa de Misoria, viene de alistando - amigos y otros electores - nos filiales por sus, de este momento, como jefe o director de actividades. La tarea de este,

as per pame, nas deiza de estas encubando. Alguns fazem
 na forma de union adhesion (formas constituidas de pame
 or Pide) cujos elementos, filiados untra ao P.R.P., mantem
 as mais estreitas ligas com os seus velhos, visando,
 e de pame, quando e com o, pameas compensas por
 occasias do futuro pleito municipal. Por outro lado, e com
 omnia pame, ante o aprio encubando de electores
 meprevedendo, principalmente dos districts de Beulabre
 e Beulabre. Para os partidos, pe obedere a union discent
 eores meprevedendo adversarios breves, por utilidades dos
 autriandis, dos repidos districts, meprevedendo difficultades
 a proliferas electores, alie, ceto como se achava de pame, ceto
 vira augmentar o numero de electores do meu partido.

Compe-me diga a Kex. pe os meus adversarios, de um lado
 aprometendo. Se do momento por outras de pame, pe
 a elles to utilidades, e, de outro, valendo. Se dos pame, pe
 occupar, pame. Entre mpa dos actos utilidades, do partido
 a pe ser filiado para augmen elementos como pe vis am

em suas despesas e, com o auxílio que dali me
adviém, peguei pelo paiz de Bruxelas, de
Edwards e de Brogij.

- Deu-me um puzo, terei a subid' honra de dar
cont' a V. Ex. de meu trabalho represent' a juridico
electoral, na cidade e municipio, p' de uniu. de
part', e de seu feito com respeito a uniu. de
op' de suas leis e p'p'os e de seu
subdivido a V. Ex. sup' uniu. de.

- Valt' me do p'p'os para reapresent' a V. Ex.
a requereu de uniu. de uniu. de uniu. de,
altr' e de uniu. de uniu. de uniu. de.

St. Ex.

At. de uniu. de

João Baptista Pereira

ARQUIVO J.P. - DAESP

Paulo, 22 de Setembro 1909

Ex.^{mo} Sr. Dr. Julio Prates

Até ha poucos dias, por sincera
-ção, suppondo servir um ideal, eu era o
-depto fervoroso da Aliança Liberal, eu
-nava por essa causa um vanguardista
-prestando o meu apoio e a minha actuação
sempre almejando a victoria da causa, que
por convicção abraçara.

A oportunidade de uma viagem ao
Rio Grande do Sul, fez com que eu desse um
balanço em minha consciencia, depois de
ter visto e observado: quão ingenuo teeu
sido os proccios do P. Democratico, ao suppo-
-thecarem solidariedade a uma causa
que pleiteia uma vendicta contra S Paulo.
Pelo que vi, e o que pude observar, trata-

uma campanha eupatrotica, cujo
 fim era isolar o estado de S. Paulo.

grande actividade no terreno elei-
 toral. enthusiasmo reina no povo que
 se tomou de um furor bellicosos
 nós; e o que se pode observar através
 comícios e das proclamações populares

Alli permaneci 18 dias angustiosos
 para um paulista amante de sua terra
 natal, vendo constantemente ultrajado
 e vilipendiado o nosso Estado; sentindo
 a nostalgia desta tremosa Paulicéa

Senti-me envergonhado, o sangue fervilhou-
 -me nas veias, senti as faces ou horridas
 chorei, por um bairrismo que n'aquelle
 momento se me afigurava sacrosanto
 Parti ás pressas, aquelle meio hostil

fazia-me soffrer, a ansiedade
a esta guerra Paulicéa augmentou
meu soffrimento; afual cheguei, e
em pouco tempo achar-me-hei
depois meu desabafo.

Só se comprehende o amor a' terra
natal, quando della nós nos affectamos.

Aqui estou para cerrar fileira ao
lado de nosso Presidente do Estado, que
incarna neste momento terror para a
segurança da Patria, um estadista capaz
de assegurar a integridade de S. Paulo
e manter a hegemonia, no concerto da
Federação.

A nós ³²⁰ nos intimidam os centauros dos seus
Paim e Flores da Cunha, havemos de vencer
n'uma eleição livre, porque a maioria

esta' commoço.

agora percebo a irreflectida attenção do Democrático, alliando-se a uma Liberal. sob as falsas promessas de liberalismo.

ainda tempo, se os que dirigem o P. D., por um dever de consciencia, mandarem missionarios ao Sul, a fim de certificarem o factor que expuz, voltarão por certo, com outra idéa, caso não queiramos assistir impassiveis a degringolada do partido.

Estou certo, que esse meu apello será olvidado porque eu bem sei que existe uma corrente no P. D., que é reaccionaria e que visa unica e exclusivamente a penção do Presidente do Estado.

Desde hoje os meus compromissos com o P. D. estão rotos, rotarei em Julio Prestes

Antônio Amiral Mello
Rua José Getulio - nº 20

ARQUIVO J.P. - DAESP

1
 N.º 1
 A
 Exmo. Sr. Sr. Julio
 Prestes de Albuquerque
 D.D. Presidente do Es-
 tado de São Paulo.

Permitti-me, quã da
 obscuridade, eleve até
 vós uma palavra sin-
 cera e bem intencio-
 nada pelo Bem da
 Patria e vossa.

Succede, ás vezes,
 que do granito onde
 se destaca um crys-
 tal soberbo, um
 magnifico diamante.
 assim, tambem, pode
 se dar que a voz, com
 a canção da Verdade não
 ecoe das cathedras,
 dos sumptuosos recin-
 tos palacianos, mas
 vibre proferida
 por um simples pen

12

sador, um homem que
 soube concentrar-se
 no tumulto das mul-
 tidões, e que, reflec-
 tindo, analisando,
 dissecando com o bis-
 turi da lógica os fei-
 tos contemporâneos,
 attingiu a Verdade,
 a fórmula de Oedipo,
 que pode deter o país
 em sua carreira verti-
 ginosa para o abismo da
 lucta armada.

Sr. Presidente; Ponderae
 pesae bem o valor des-
 tas palavras, mas socce-
 ga; não vos trago de
 mensagem da renúncia,
 não! Remos até o fim,
 isto é, escaltar-vos-
 emos até o Catete,
 ainda que o nosso sangue
 fique em peças na es-

trada!

Porem, ponderae bem
no formidavel e bedi-
ondo sentido deste sin-
ples vocabulo:

-Guerra Civil.

E, de dois o luminoso
espirito que prendo,
nis heriteis em adoptar
o conselho desinteressado,
de partidario e patriota
de paulista da velha
guarda, e, mais que tudo,
isto, estou certo, ni spi-
rado pela Alma da Paez.

Dr. Presidente de São
Paulo e da Republica,
(Porque vos o vereis sem du-
vida.) attendei-me, at-
tendei ao immenso

clamar que rebôa. Cu-
ri bem! Que clamam
estes milhoes de bovens,
o que flameja em

Todas as folhas de im-
 prensa? É insopri-
 mavel, vós mesmos
 o sabeis. E, no inti-
 mo, vós não thedes
 contrario, porque dei-
 xaríeis de ser brasi-
 leiros-citões.

O que pede, o que clama
 o Colosso que dorme
 o Brasil, internamente?
 É a Paz, o Perdão,
 o Ovído para aquelle
 pugilo de tres loucades
 herodes, que morre lenta-
 mente de sandade da
 Patria!

Attendei, attendei o
 Colosso que dorme, e este
 num unico gesto de
 seus membros titani-
 cos, vos transportaria
 lá onde quereis... lá
 no supremo posto.

Voltamos ao assunto;
 a fórmula, lógica, in-
 -dubitável, capaz de
 nos entregar o Cartão
 e: Anistia Geral, ab-
 soluta e voto secreto.
 Esposados estes 2 prin-
 cipios por V. Excia.
 ou mesmo 2º prin-
 cipio, a vitória é
 certa, líquida. A
 anistia trará a st.
 fileiras toda a imme-
 ra multidão que clama
 por ella. O voto se-
 creto adduzirá a st.
 forças grande numero
 dos liberais modera-
 dos, talvez todos que
 não estejam compro-
 mettidos por laços re-
 gionaes, com a chapa
 Vargas Pessoa.
 Agora, passemos

aos obstáculos conven-
 cionaes existentes; em
 primeiro lugar, e pre-
 ciso notar que, para
 um homem da N.
 escola, um paulista
 de tempera, não ha
 obstáculos quando se
 trata de salvar a
 Nação.

Em segundo, esses obs-
 taculos, que se reduzem
 a final a uma suppos-
 ta inconveniencia do
 Govern. em ter a ini-
 ciativa de tres movi-
 mentos, destrue-se se
 pela base. De facto,
 a mais crua das bo-
 gicas, o facto de N.
 Excia. apadrinhar
 com todo seu presti-
 gio, a cada da Amis-
 tad, não comprova

nenhuma fraqueza.
 fraqueza seria o Sr.
 N. Excia. de conce-
 del-a, oprimido, a
 contra gosto. Isso é
 elemental.

O voto Secreto está
 no mesmo caso, e ac-
 tamente.

Não é porque uma
 facção opposita tenha
 travejado por elle, que
 N. Excia. se diminuirá,
 aos olhos da Nação ad-
 rogando-o. Absoluta-
 mente. N. Excia., ao
 patrocinar-o, apenas
 revelará a enverg-
 dura de Grande Poli-
 tico, como Richelieu,
 que sabia fazer suas
 proprias as grandes
 causas populares e
 foi, por isso, o idol-

da Franca.
 Sr. Presidente. Fazer nos
 a Causa da Nação,
 e todos estaremos ao
 lado, e seguiremos,
 sem uma vacillação,
 até o limiar da Morte.

Onde se ouvida a voz
 da Pátria. Agora, fa-
 zei o que Sr. Con-
 sciencia vos dictar.

Pe "Min Partidario"
 Vosso e do Brasil
 Unido e Forte. //

Assignado:

Alpho G. G. G.

ARQUIVO J.P. - DAESP

Associação Christã de Moços

Rua Santa Isabel, 3
S. Paulo - Brasil



Caixa Postal N. 783
Telephone 4 - 9249

Mury. [unclear]

S. Paulo, 26-9-1949
Correspondencia dos socios:

Am: Julio Prestes.

Estive no Sul de Mi-
nas, dias passados.

Todo o elemento intellectual, pensante,
torce pela victoria de quem a merece, no
proximo pleito presidencial.

O Antonio Carlos está jogando com pau
de dois bicos, isso contra todos os prin-
cipios da lealdade.

Assim: - o Antonio Carlos está se en-
tendendo directamente com os dois par-
tidos dos municipios. Prestigia um con-
tra o outro. Exemplos: - 1º Em Jacuti-
nga existem dois partidos, o Situcionista
e o Progressista, ambos governistas enca-

Associação Christã de Moços

Rua Santa Isabel, 3
S. Paulo - Brasil



Caixa Postal N. 788
Telephone 4 - 9249

Correspondencia dos socios:

potados, pois todos os seus membros gostam tanto do Mello Vianna como de testam o Antonio Carlos.

Pois bem — O presidente de Minas atende aos pedidos dos dois partidos, fazendo nomeações que sempre desgostam e aborrecem o partido que as não pediu.

2º Em S. Sebastião do Paraíso o nosso Am.º Waldomiro tem justos motivos para andar desgostoso com o governo de Belo Horizonte. Sabe-se até que o Waldomiro é suspeito no Palacio da Liberdade. Ha pouco tempo aquelle nosso Collega pediu a remoção do Delegado Regional de S. Sebastião, e o governo Carlista não attendeu, isso porque o partido

Associação Christã de Moços

Rua Santa Isabel, 3
S. Paulo - Brasil



Caixa Postal N. 788
Telephone 4 - 9249

3)

Correspondencia dos socios:

contrario ao Waldomiro a isso se oppu-
nha.

Creio, e piamente, que havendo um
servico bem feito, envolvendo o Waldomi-
ro, chefe de Monte Santo e S. Seb. do Pa-
raizo, e o Senador Luiz Lisboa, chefe
de Jacutinga, e actualmente aborrecidiss-
mo com o P.R.M. — creio, repito, que
esses dois chefes, — de incontestavel pres-
tigio e valor — voltarão ao bom caminho,
abandonando as fileiras da Alliança
Liberal. Peço perdão pelo tempo to-
mado. Sou o Am^o e Collega m^{to} grato

Cofre de Afueida

ARQUIVO J.P.: -DAESP



Prefeitura Municipal de Cruzeiro

Cruzeiro, 30 de Setembro de 1929

N.

Exmo. Sr. Dr. Julio Prestes, D.D. Presidente do Estado de São Paulo.

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que a 28 do corrente, o Sr. Dr. Eugenio Fortes Coelho, M. Juiz de Direito desta comarca de Cachoeira, solicitou-me que, como Prefeito, lhe cedesse o edificio municipal para uma audiencia eleitoral a realizar-se hoje, ~~em~~ ^{quatorze} horas, conforme o officio anexo.

Desde logo percebi que se tratava de uma audiencia requisitada para alistandos da Rede Sul Mineira, na qual vinham preparando papeis eleitoraes, que nao davam entretanto entrada no fóro da Comarca, como com toda a vigilancia eu vinha verificando.

Recusei-me a attender áquella solicitação, em officio bastante delicado, mas peremptorio. A consequencia foi nao se effectuar hoje dita audiencia, devendo acrescentar que a minha recusa produziu rumores bem accentuados de descontentamento entre os chefes e administradores da Rede, o que comprova nao me haver enganado.

Como já tenho communicado a V. Exa., a despeito de eu ter no seio daquella estrada alguns amigos e correligionarios sinceros, o elemento eleitoral da Rede tornou-se muito duvidoso, por pretender a administração respectiva, segundo é corrente, obrigar os seus empregados a suffragar a chapa do Governo de Minas, no pleito de março vindouro.

De resto, é forçoso acreditar-se nisso mesmo, diante do incremento desusado que alli vão dando á qualificação eleitoral.

Como medida de precaução, em minha ultima carta tomei a liberdade de indicar a V. Exa. ser necessaria certa interferencia junto do M. Dr. Juiz de Direito de Cachoeira nesse sentido e, bem assim, a substituição do actual escrivão da Paz do proximo districto de Itagaçaba, cuja nomeação, feita pelo Dr. Juiz de Direito de Silveiras, nao tem estabilidade, sendo interina.

Esse escrivão, que é ao mesmo tempo é funcionario da Rede, é a pessoa incumbida por esta da qualificação eleitoral e por intermedio da qual a Rede consegue em publicas-formas toda a documentação de que necessita, como já tive oportunidade de explicar por carta a V. Exa.

Não creio que o Directorio de Jatahy, sob cuja jurisdicção se acha o referido districto de Itagaçaba, se opponha a essa substituição, diante da necessidade premente de ser operada, para subtrahir do poder da Rede essa poderosa arma eleitoral.

Venho, pois, relembrar a V. Exa. que continua a existir a mesma conveniencia em tomar as referidas medidas.

Com elevado apreço, subscrevo-me,

de V. Exa.
Atto, Admor e Corrô

Henrique de Almeida Souza

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO

SAO PAULO, 8 de outubro de 1929

Resumo

O Sr. Hermogenes de Azevedo Souza, prefeito de Cruzeiro, communica ao Senhor Presidente que não deu consentimento ao Juiz de Direito de Cachoeira para effectuar um diligencia em salão da Prefeitura daquella cidade, porque essa diligencia tinha caracter eleitoral e iria satisfazer desejos da administração da Réde Sul Mineira, que está alistando pessoal adepto da politica do Sr. Antonio Carlos.

Communica tambem que o atual escrivão de paz interino do distrito de Itaguacaba, na comarca de Silveiras, é tambem funcionario da Réde Sul Mineira.

Esse funcionario é quem está fornecendo documentos para o alistamentos dos nossos adversarios.

ARQUIVO J.P. -DAESP

Jacarehy, 5 de Outubro de 1929. 39
 Exma. Sr. Sr. Juca Pires.
 Sr. Sr. Presidente do Estado de São Paulo.

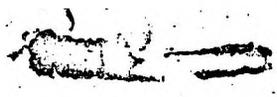
Represento a Sr. Excia, os meus sinceros respeito.
 Neste momento vivo a maior das angustias, a-
 nunciando entrar em concorrência a respeito da politica com
 o sr. Guilherme Jordão Mercadante. De cujos resultados acho
 conveniente trazer as consequências de Sr. Excia. Como
 sabido, a Família Mercadante, nesta cidade, goza de
 grande estima e afeição, ainda dando ystima a tal
 nesta ultima eleição, que não tendo o apoio official,
 perdeu o sr. Mercadante, só por 117 votos. O sr. Cleonice
 Mercadante, como a sua parente, não é contra a par-
 tido pituacionista, e por isso não diz contra a politica
 local. Em continuação a sua boa enten-
 dimento, e que quer polir-se a com a boa vontade de
 Sr. Excia, fazemos a qui uma união politica, em
 eleição a futuro P. R. P., Jacó Mercadante, Jacó do
 sr. João Ferraz, e os meus companheiros, que estão por-
 dendo a favor da Sr. Excia, em numero de votação de
 1000 a 1200, póte contar o maximo de 200 do P. R.

O sr. Mercadante, foi-me franco, que tem dado mão
 forte ao P. R., por almejar collocar o sr. Bayma, mas
 que, neste assumpto, julga para entendimento. Como
 a questão politica é toda fessral, e local, não se produz-

CAMARA DOS DEPUTADOS



Residência



Almeida

Luiz

18/7/27

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO

SÃO PAULO.

INSUO.

O sr. Ludwigides Viana comunicou ao senhor presidente que teve uma contenda com o sr. Antonio Jordão Mercadante sobre a politica de Jacuray.

Acha que esse elemento não deve ser desprezado, porque a familia Mercadante goza alli de muito prestigio, não sendo difficil a sua união com os elementos do partido si unionista (P.P.P. e facção do sr. João Ferraz).

O sr. Mercadante declarou apoiar o partido democratico, porque almeja uma collocação para o dr. Bayna.

Enfim qualquer concessão feita ao mesmo resultará que, na eleição presidencial, possa concorrer 1.000 a 1.200 votos para o governo.

Handwritten signature
 1339

adiantado p.^o colloca-se em cima
 topographia p.^o Tal. forral,
 no mesmo foral, onde. Tanto
 a direita, fazendo também
 "citros para alistamento".
 O dono do prédio, attendendo
 sua iniquidade tra 4 annos,
 non profici, caso em adian-
 te e aluguel de 1 anno, isto é
 o dia 22 de Agosto, caso não
 faça esse adiantamento, sei
 quite-se a taxa da "Miseria".
 Proximo a poente, do lado
 Torio - D. Prasiliano. Porto, ante
 o occidente, remittam com plan-
 o Prefeito Municipal - D. Com-
 sio de Barros que non se
 pedindo-lhe que non adiantar

de gerente e encarregado
de fazer o abastecimento eliti-
total com o pagamento de
300 a 500000 - mensal.

Repellindo essa afrontosa
proposta, declarou que sou
saldado fiel do Comrao do
Partido Republicano Paulista
e que, apesar de ser pobre,
não sou obrigado por isso
a fazer.

Passado tra 4 annos em periodo
atuzado, arde forte a typho-
gostria, pagando por isso
300000.

Um dos directores da "Al-
area, offereceu as proposi-
ções e pagamentos de como

ARQUIVO J.P. - DAESP

GUARÁ HOTEL

- DE -

Domingos Baruzzi

O melhor entre Rio e S. Paulo

GUARATINGUETÁ - E. de S. Paulo

TELEPHONE 127 - CAIXA 7

Guaratinguetá, 9 de Novembro de 1920

ILLMO. SNR.

Ilmo. Sr. Presidente

Saudações cordialíssimas

Aqui estou, há três semanas, muito bem im-
 pressionado com a cidade e seu povo.
 Relativamente ao Comité pro Aliança Liberal,
 existente na cidade, conheci o seguinte, em
 firme o pedido particular em que me honrou
 o bondoso e zeloso e sincero amigo: - O Sr. Al-
 fredo Antunes, banqueiro, Presidente da Santa Casa,
 homem geralmente estimado, sempre militou no
 Partido orientado pelo Comendador Rodrigues Alves,
 de quem era velho amigo. Dize, porém, profun-
 damente resentido com o Sr. Dr. Washington Luiz,
 quando S. Ex.^a resolveu dar a chefia política do mu-
 nicipio ao Sr. Rangel de Camargo. Agora, ao surgir
 a candidatura Getulio, o referido Sr. Alfredo telegraphou
 ao Sr. Antonio Carlos, dando-lhe, pessoalmente, o seu apoio
 ao candidato gaúcho. Dizem que veio, até aqui, um
 emissario do governo mineiro, ficando organizado o
 comité aliancista, com a adesão dos Srs. Dr. Leonir
 das Obachado, medico, casado em familia abastada desta
 cidade pertencente ao partido do Sr. Rangel de Camargo - e Dr.

GUARÁ HOTEL
— DE —

Guaratinguetá, de de 19.....

Domingos Baruzzi

ILLMO. SNR.

O melhor entre Rio e S. Paulo
GUARATINGUETÁ - E. de S. Paulo
TELEPHONE 127 - CAIXA 7

J-12719

das es grupos existentes. Affirma-se, porém, que o Sr. Alfredo Antunes não sempre com os seus amigos da tradicional politica Rodrigues Alves, tendo tomado essa attitude em relação a candidatura do meu nobre e dedicado collega e amigo, apenas como protestto ao gesto do Sr. D. Washington Luiz, contrario ao fallecido Comendador Antunes Rodrigues Alves. Calcula-se que os partidarios da "Alliança" levarão ás urnas 150 electores, no maximo. Não ha aqui agitacão partidaria, motivada pelo dissidio. O que ha não passa de uma campanha feita pela imprensa local e que nem sempre tem relação com o problema da successão presidencial. "O Pharol" por exemplo, organo do partido Ruyel de Camargo ataca o Prefeito e a maioria da Camera Aluista; - O "Eco" é o jornal da "Alliança", onde o Sr. Henrique Machado escreve artigos de propaganda. O "Canção Popular", semanario antigo, das Alves, é dirigido criteriosamente pelo meu collega Diniz Alves da Rocha. Devo informar-lhe que o alistamento que sendo feito regularmente, neste municipio, passando ja de 3.300 electores, inclusive cerca de 700 do municipio de Affrénica, dirigido pelo Comendador Augusto Salgado que fôra, até ha pouco, habilitado e partidario de D. Ruyel de Camargo.

Reiterando ao seu amigo os meus cordaes agradecimentos, a que fica, ao seu dispor, o velho amigo, collega obscuro e admirador que o abraço,

José Bernardino da Matta

ARQUIVO J.P. -DAESP

S. Leobaldias do Garais; - Sul de Minas,
23/11/909

Exmo. Sr. D. Julio Greco

Na qualidade de membro do Directorio do Centro de Concentração Republicana neste Municipio, e tendo tido o prazer e honra de ser apresentado e recomendado a V. Excia. por esta importante escripta pelo proprio fructo do Sr. Ministro D. Vianna do Castello, a qual entreguei pessoalmente no dia 18 p. p.; - Comunico a V. Excia., que apesar da resistencia implacavel dos Chefes politicos locais, que appoiam de modo entusiastico e incondicional a Allianca liberal, continuamos a trabalhar ardida e efficientemente, nosso com sacrificio de

nosso interesse profissional, em prol
 das patrióticas e de didacturas de V. Excia
 e Dr. Vital Soares, aqui de que sejam
 grandemente supragados, nos eleições de
 1.º de Março proximo.
 Deute meus cumprimentos de Direcção,
 sou um dos que conta com maior elemento,
 sou medico eleito por unanimidade de
 votos da maior instituição local
 local, que é a Liga Operaria Cruzada
 de 653 associados e todos electores.
 Sou no seio desta sociedade de
 melhores conselhos e prestígio, além
 do mais, futo en como minha familia
 somos fillos daqui de S. Sebastião,
 sendo minha familia uma das maiores
 e de maior prestígio aqui.

Contudo, as ostilidades e perseguições
 me têm attingido, produzindo-me
 grande prejuizo e diminuição em
 minha clinica, fazendo com que a
 minha situação se torne precaria,
 por isto, logo após as eleições federaes
 pretendo retirar-me deste municipio.
 Necessitando do apoio que V. Excia me
 offereceu, que agradeço antecipadamente.
 Salve pois o seguinte: - Sei que ha
 2 vagas na Assistencia Policial, que
 tem 17 médicos effectivos, 10 contratados
 e um em commissoes, que é o D. Marques
 de Souza, meu collega e companheiro.

de luta politica: o Director D.
 Olavo de Castello, por achar deffi-
 -ciente, quer augmentar de 10 para
 12 o numero de medicos contractados,
 havendo por conseguinte boa oportunidade
 para que V. Excia me collocar na
 Assistencia Policial em igualdade
 de condicoes com meu Collega D. Haug.
 Na fortuita impossibilidade de V. Excia
 me collocar na Assistencia, ha
 facilidade tambem no Instituto Medico
 Legal, que tem 8 medicos effectivos
 e 3 contractados. - Prefiro a Assistencia
 Caso a V. Excia. nao possa satisfazer-me
 nesta minha justa pretensao, me
 virei na seria emergencia e lamentavel
 para mim, de conciliar-me com

ARQUIVO J.P. - DAESP

Reservado

Ex. Sr. Presidente Dr. Julio Prestes

Permitta V. Ex.^a que um membro do Centro Universitário Julio Prestes da Capital Federal, em excursão pelo Estado do Rio, venha trazer ao conhecimento de V. Ex.^a factos que não me parece devam ficar ignorados.

Em chegando a Parackena, surprehenden-me a notícia que de toda parte me chegava de estar o Presidente Juanel Duarte francamente protegendo o elemento alliancista local. Ouvi-o de pessoas de maior respeitabilidade, entre as quaes um dos membros do proprio directorio da localidade, Sr. João de Abreu Campanaris. Depois de ter sempre a mesma noticia onde ouso oucho.

fallo, estar o governo fluminense empenhadissimo em amparar o Sr. João Guimarães e a Alliança, para isso perseguindo os elementos prestistas do municipio. E é assim que enquanto um grupo de amigos de V. Ex.^{ca}, sob a direcção do Prefeito Sr. Luiz Sobral, do Sr. Luiz Guaraniá e do Sr. Renato Machado, vice-presidente da Camara, esforça-se pela victoria conservadora, os elementos propriamente governistas combatem ferozmente esse esforçado punhado de bravos companheiros, ameaçando-os até nos seus haveres e nas suas vidas.

Sob o commando directo do Chefe de Policia do Estado que passeia por toda parte ao lado do chefe aliancista, tropeçando-se ostensivamente na casa do homem que mais e maiores insultos tem lançado na praça publica, em reuniões consecutivas, contra V. Ex.^{ca} e contra o Sr. Washington Luiz, a turma de arriaceiros que defende a Alliança ataca as personalidades mais respeitáveis de Campos, provocando

uma situação de verdadeiro terror.

Asseguro a V. Ex^a que me sinto indignado com o que vejo e, por outro lado, tenho a certeza de que sem o amparo dos homens a que me referi, nem possível seria a quem quer que fosse supragar o nome de V. Ex^a.

Francamente, sr. Presidente, chega a parecer um crime permitir-se ao risco que correm os amigos de V. Ex^a de Campos, chegando a ocorrer a quem assiste ao que vemos, assistindo, a lembrança de serem remetidos para Campos soccorros federaes, força armada ou agentes de policia que impeçam tão grande perigo de chacina.

Creia V. Ex^a que, filho de Itapetinga, academico dum dos ultimos annos da Faculdade de medicina, membro da direcção do Centro Universitario Julio Prestes da Capital Federal e correligionario escriptado de V. Ex^a, é uma explosão da minha revoltada consciencia

que me force a escrever ao emi-
nente amigo, relatando o que ahí
fica.

E acredite que, quanto ao
mais, sou, com a mais respeito-
sa solidariedade, :

De V. Ex.^a
Ami^o att^o Crdo^o Obq^{do}
Estivam Schorr Bertucci

Rua Buarque de Macedo 39

Rio de Janeiro

Campes, 15-2-1930.

ARQUIVO J.P. -DAESP

Illu.º Sr. Dr. Julio Prestes.
 G. G. Presidente do C. de S. Paulo

A comissão do Centro Con-
 servador de Propaganda se retirou à sua
 cidade natal, Mictéroj, não poderia dei-
 nar de escrever a V. Ex., para agradecer-
 -lhe o contentamento e a gratidão pela sua
 ueira corte e sobre tudo que V. Ex. a recebeu;
 quando foi levar-lhe a expressão sincera de
 seu manifesto, e a promessa de seu finamen-
 to de dar todas as suas forças a uma pro-
 paganda intensa, sincera e efficax eue

favor da candidatura de V. Ex. a Presidência da República. Ainda no dia 19 do corrente, junto remettemos-lhe as notas da imprensa, o Centro Conservador realizou um comício, o primeiro que se fez em Niterói em favor de sua candidatura, no Barreto, zona exclusivamente de operários, e que dá, incontestavelmente, o maior coefficiente eleitoral de todo o município de Niterói, e marcamos um outro para o dia 16, no mesmo local.

Lamentamos, profundamente, por falta de recursos materiais, não termos podido remetter a V. Ex. uma photographia, por onde, V. Ex. poderia fazer, com maior nitidez, uma ideia do que foi esta occasi-

reuniões civica. Basta que se recorde que diuina-
 mente em todos os pontos de nossa Capital e
 principalmente no Barreto e nas Neves, o
 Partido Democratico do E. do Rio realiza co-
 municos, convocando os operarios e o povo a
 acompanhar a Aliança Liberal, e, entao,
 V. Ex. comprehenderá a má vontade com
 que os membros d'este Partido olham a
 nossa revolução, focuando em favor o bicho
 de nosso objectivo, o que não conseguiram, e
 realixando, entao, em repulsa, em outro
 «meatuz» em favor das candidaturas allig-
 cistas. O E. do Rio, mais do que qualquer outro
 Estado, precisa de uma propaganda intensa, por-
 que a propaganda aqui feita pelo Partido De-
 mocratico tem sido verdadeiramente estéril.

diária, no sentido de ludibriar o povo.

O povo Fluminense precisa de quem o oriente, e de quem venha por meios inteligentes, legais, ordeiros e democráticos, o que até hoje não tem sido feito, mostra-lhe o trabalho que está sendo desenvolvido e a acção efectiva dos demotistas que vivem a pregar a ordem e a anarchia.

O Centro Conservador, pela commissão abaixo-assignada, tem feito, contando com os recursos pessoais de seus Directores, tudo o que se pôde fazer em favor da candidatura de U. Co. Mas, Sr. Presidente, completamente desamparado, com a nossa propria situação financeira particular abalada, e com profunda tristezza que confessamos

que o auxilio de \$:000,000 que V. Ex. nos mandou dar, não deu nome para cobrir as despesas que tivemos com alugueis de salões para as nossas reuniões civicas, feitura de nossa facha, luz, flores e diversas despesas eventuais, que nós três que nos achamos a frente do Centro, temos mandado lançar em nossa conta corrente particular, em diversas casas commerciaes, estando até meoas, por este motivo, o nosso credito abalado. Esperando do espirito esclarecido e justiceiro de V. Ex., um acolhimento favoravel, aguardamos uma resposta urgente, devida a escassez do tempo, que poderá ser mandada para a casa do nosso Secretario Geral; Lu.

Antônio Pedro Hells Cunha, à rua Três
da Cruz n.º 94. C.A. Niterói, E. do Rio.
Hypothecando-lhe, mais uma vez,
a nossa incondicional solidariedade po-
lítica e, o nosso sincero desejo de coope-
rarmos n'esta cruzada cívica, comum;

De V. Ex.

Complicionários e admiradores
~~Antônio Pedro Hells Cunha~~ Presidente.
 Adalberto Alves Vice Presidente
 Antônio Pedro Hells Cunha. Secretário Geral
 do
 Centro Conservador de Propaganda
 São João Freixo. Vial Lacerda
 de Niterói.